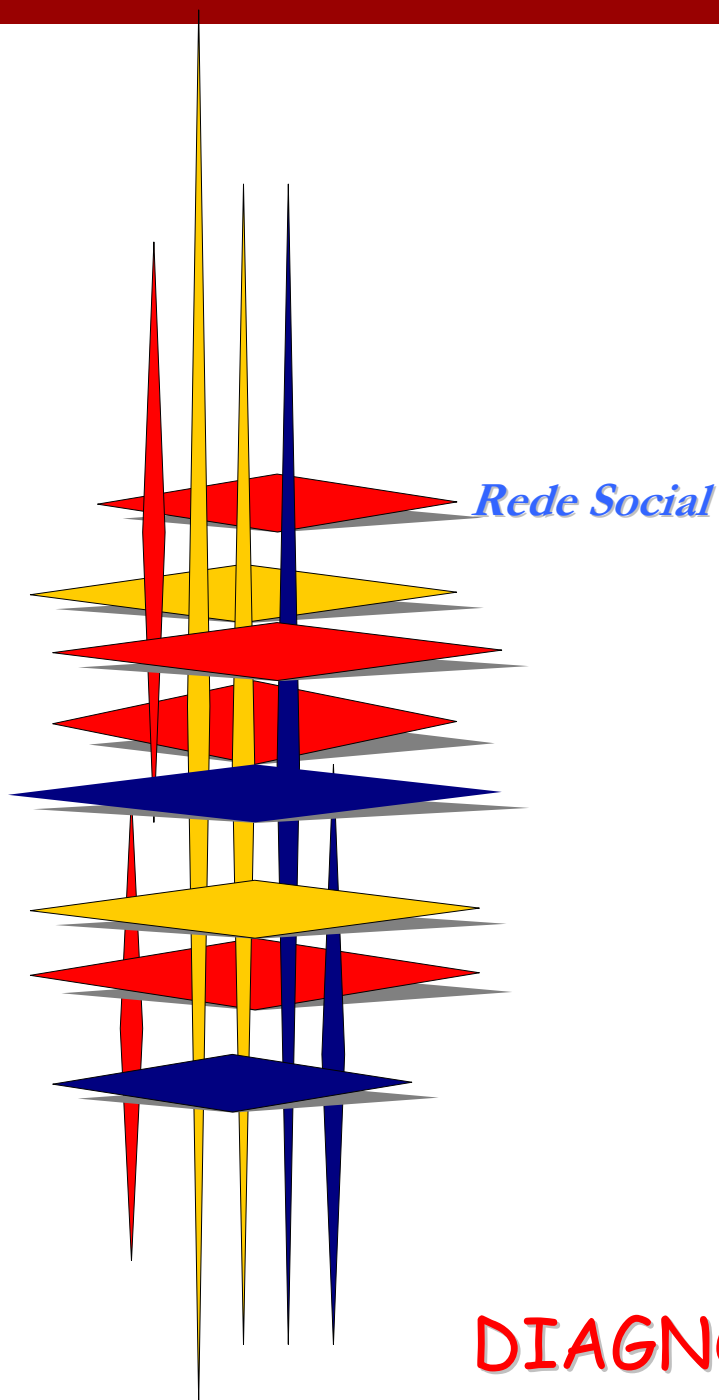


# PROGRAMA REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA



DIAGNÓSTICO SOCIAL

*JANEIRO 2010*

II – Ficha Técnica	p.2
III – Sumário Executivo	p.3
1. Perfil Geo-Demográfico	
2. Perfil Sócio Económico	p.6
IV – Introdução	p.8
V – Metodologia, Consolidação e Sustentabilidade do Processo	p.11
VI – Identificação dos Problemas	p.13
VII – Caracterização dos Problemas e Identificação dos Recursos Existentes	p.15
Problemática 1 – Respostas Sociais	
Problemática 2 – Educação/Formação	p.36
Problemática 3 – Emprego/Desemprego/Empreendedorismo	p.47
Problemática 4 – Saúde e Estilos de Vida Saudáveis	p.54
Problemática 5 – Habitação	p.67
VIII – Conclusão	p. 75

ANEXOS

## II – FICHA TÉCNICA

Representante da Câmara Municipal – Susana Costa

Representante da Segurança Social – Carlos Espinheira

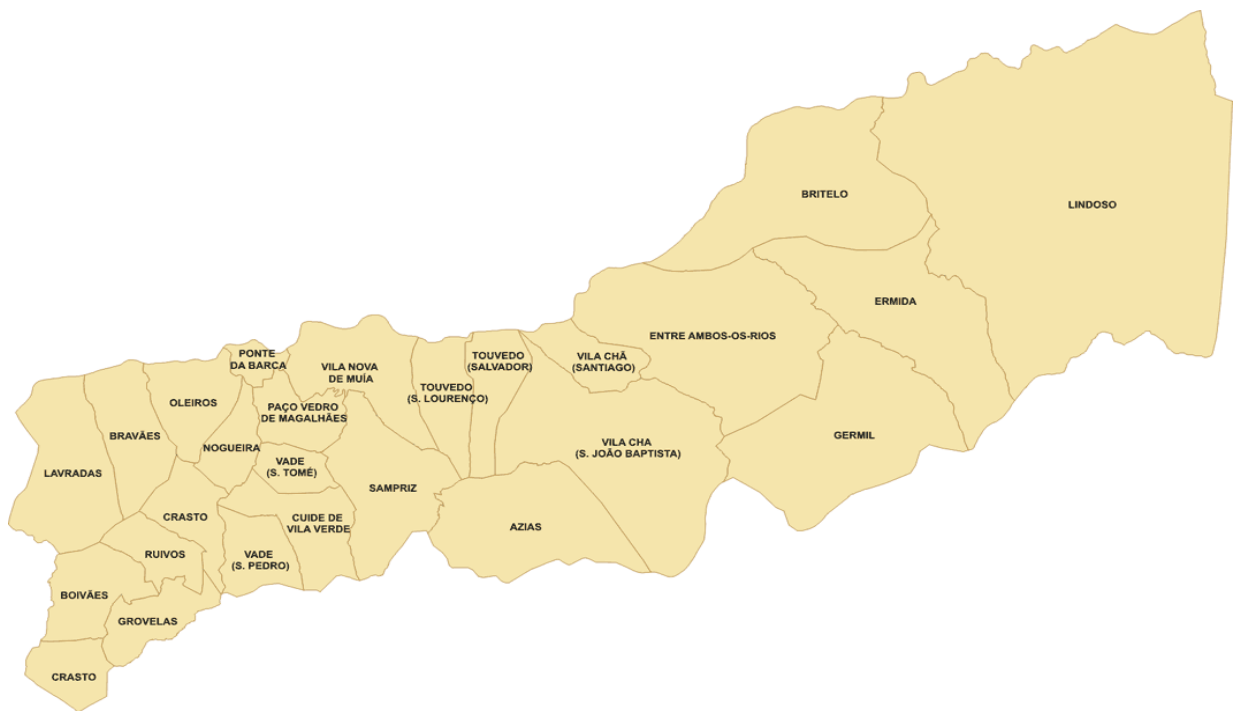
Representante das IPSS's – Joana Pires (Santa Casa da Misericórdia)

Representante da Saúde – Alexandrina Rodrigues (Centro de Saúde de Ponte da Barca)

Representante do IEFP – Lucília Araújo

Representante das Juntas de Freguesia – Inocêncio Araújo (Junta de Freguesia de Entre Ambos-os-Rios)

Representante da Educação – Cristina Pires (Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca)



## 1. Perfil Geo-Demográfico

O concelho de Ponte da Barca situa-se no interior Norte de Portugal, na região do Minho, concretamente no distrito de Viana do Castelo, situando-se a cerca de 45 km da capital de distrito. Nos seus limites situam-se: a Norte, o concelho dos Arcos de Valdevez, tendo a separar estes dois concelhos o Rio Lima, a Este a fronteira da Madalena Lindoso, que faz a ligação do concelho a Espanha, a Oeste o concelho de Ponte de Lima e, a Sul, os concelhos de Vila Verde e Terras de Bouro, já pertencentes ao distrito de Braga.

Estamos perante um concelho caracterizado pela actividade agrícola, com o predomínio de pequenas explorações de dimensão familiar.

É composto por 25 freguesias, dispersas numa área geográfica de 185km<sup>2</sup>, registando uma população de 10 038 habitantes (INE 2007).

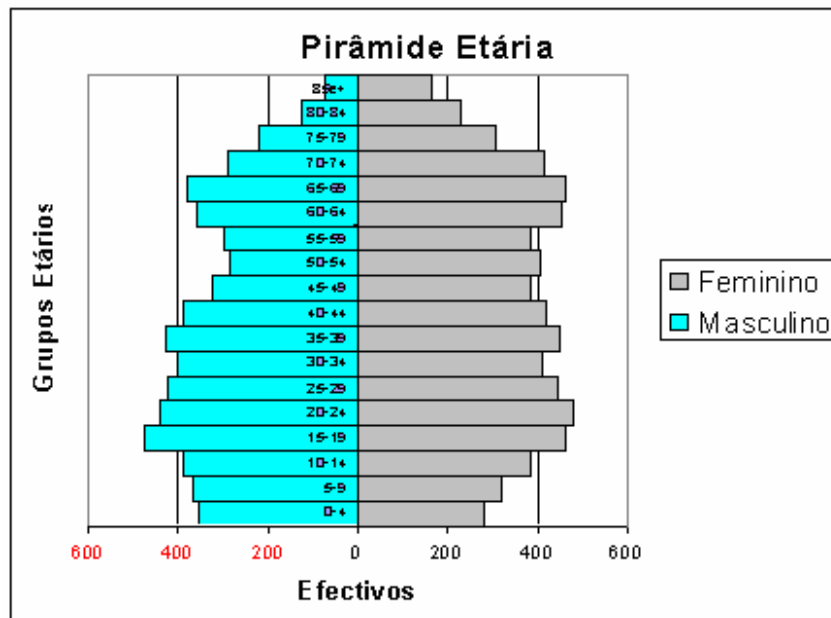
QUADRO 1

ZONA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	1991		2001		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CONCELHO (Ponte da Barca)	6 048	7 094	6 058	6851	6 165	6839
	Total=13 142		Total=12 909		Total=13 004	
Minho-Lima	250 059		250 275		250 951	
Portugal	9.371.448		9.869.343		10.627.250	

Fonte: INE/2009

A população do concelho é caracterizada como envelhecida e com variações demográficas negativas, registando-se, de acordo com os últimos CENSOS, uma variação de -1,8% entre os anos de 1991 e 2001. Ainda, segundo informação do INE, o índice de envelhecimento (relação entre o número de idosos e a população jovem) em 2004 era de 144,6%, verificando-se um contínuo envelhecimento da população.

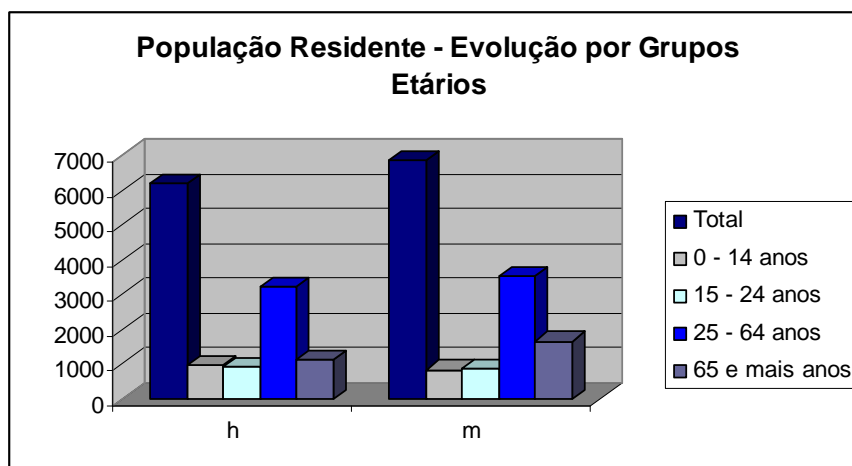
GRÁFICO 1



Fonte: Censos, 2001

Como se pode verificar pela análise do gráfico apresentado em baixo, surgem dois grupos com uma variação positiva, o dos 25 aos 64 anos (cerca de 6,9%) e o das pessoas com 65 anos ou mais, sendo este grupo a apresentar a variação mais elevada, numa percentagem de 22. De referir que 21,3% da população tinha, em 2007, 65 ou mais anos, constituindo um grupo de preocupação central no que respeita a carências e fragilidades diversas. À semelhança do que aconteceu em 2001 (-29%), o grupo etário a registar a variação negativa com maior significado é a do grupo etário dos 0 aos 4 anos.

GRÁFICO 2



Fonte: INE, 2007

Se analisarmos a distribuição da população pelas freguesias do concelho, verificamos que entre as freguesias mais povoadas se destaca a que corresponde à sede da vila, num total de 2.308 habitantes, seguindo-se duas freguesias limítrofes: Paço Vedro Magalhães e Vila Nova de Muia, com um total de 860 e 1034 habitantes, respectivamente.

QUADRO 2

Freguesias	Área Total	Densidade populacional
Asias	8,4 km <sup>2</sup>	50hab/km <sup>2</sup>
Boivães	3,5 km <sup>2</sup>	95,7 hab/km <sup>2</sup>
Bravães	4,2 km <sup>2</sup>	154,6 hab/km <sup>2</sup>
Britelo	12,9 km <sup>2</sup>	47,6 hab/km <sup>2</sup>
Crasto	4,6 km <sup>2</sup>	111,7 hab/km <sup>2</sup>
Cuide Vila Verde	3,8 km <sup>2</sup>	88,5 hab/km <sup>2</sup>
Entre Ambos-os-Rios	14,6 km <sup>2</sup>	37,2 hab/km <sup>2</sup>
Ermida	11,2 km <sup>2</sup>	7,4 hab/km <sup>2</sup>
Germil	13 km <sup>2</sup>	5,4 hab/km <sup>2</sup>
Grovelas	3 km <sup>2</sup>	82,2 hab/km <sup>2</sup>
Lavradas	6,8 km <sup>2</sup>	137,5 hab/km <sup>2</sup>
Lindoso	46,1 km <sup>2</sup>	11,6 hab/km <sup>2</sup>
Nogueira	1,7 km <sup>2</sup>	250 hab/km <sup>2</sup>
Oleiros	3,8 km <sup>2</sup>	147 hab/km <sup>2</sup>
Paço Vedro Magalhães	2,6 km <sup>2</sup>	332,9 hab/km <sup>2</sup>
Ponte da Barca	0,9 km <sup>2</sup>	2514,5 hab/km <sup>2</sup>
Ruivos	2,2 km <sup>2</sup>	117,2 hab/km <sup>2</sup>
Touvedo (Salvador)	3 km <sup>2</sup>	57,9 hab/km <sup>2</sup>
Touvedo (S. Lourenço)	3,1 km <sup>2</sup>	85,7 hab/km <sup>2</sup>
Sampriz	6,6 km <sup>2</sup>	62,1 hab/km <sup>2</sup>
Vila Chã (Santiago)	2,4 km <sup>2</sup>	72,2 hab/km <sup>2</sup>
Vila Chã (S. João Baptista)	14,3 km <sup>2</sup>	42 hab/km <sup>2</sup>
Vade S. Pedro	2,6 km <sup>2</sup>	108,5 hab/km <sup>2</sup>
Vade S. Tomé	1,6 km <sup>2</sup>	173 hab/km <sup>2</sup>
Vila Nova de Muia	5,3 km <sup>2</sup>	193,8 hab/km <sup>2</sup>

Fonte: INE, Censos 2001

Por outro lado, as freguesias que se destacam pelo seu número reduzido de habitantes são duas das freguesias mais distantes da vila, a saber: Ermida, com 83 habitantes e Germil com apenas 70 habitantes.

Este crescente isolamento das freguesias mais distantes prende-se, essencialmente, com os fluxos migratórios das populações na expectativa de melhorar as suas condições de vida e pela escassez de

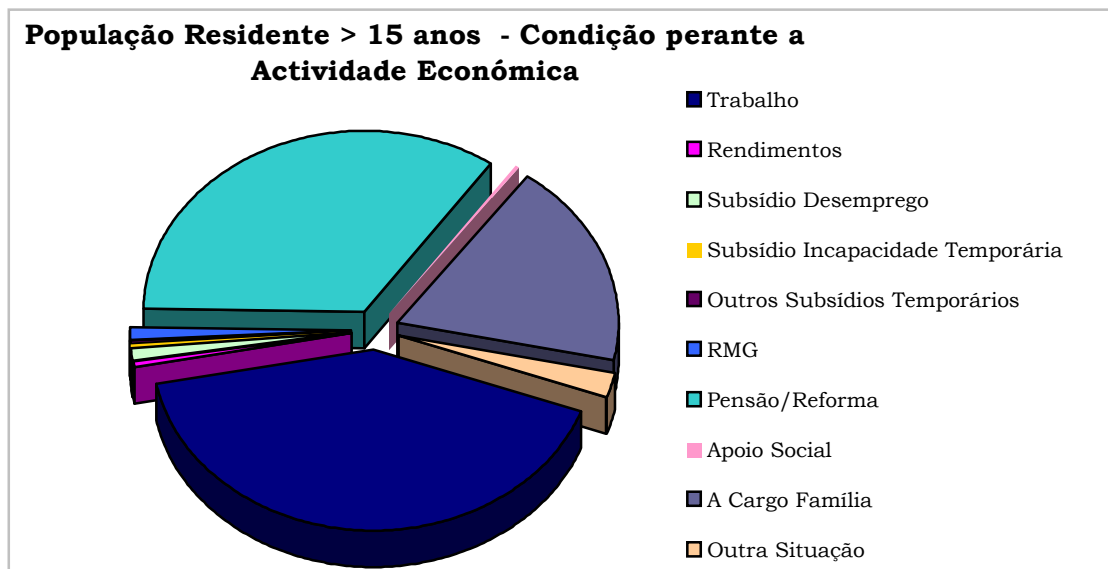
infra-estruturas, como as redes de transportes públicos<sup>1</sup>, factores que tornam cada vez menos atractiva a fixação das populações nas freguesias mais isoladas e menos acessíveis.

## 2. Perfil Sócio-Económico

Como se pode constatar da análise do gráfico, referente à caracterização do principal meio de vida da população residente no concelho, com mais de 15 anos, a maioria subsiste dos rendimentos do seu trabalho (cerca de 42%), sendo que os valores que mais se destacam em seguida dizem respeito às pessoas cujo principal meio de vida é a pensão/reforma, (35% das situações), e os que estão a cargo da família, numa percentagem de 18%.

À semelhança de outros concelhos, o subsídio de desemprego e o Rendimento Mínimo Garantido (*agora Rendimento Social de Inserção*) representam a única fonte de rendimento para 1% da população, respectivamente.

GRÁFICO 3



Fonte: INE 2006

Em relação à organização do trabalho por ramos de actividade, verifica-se que a grande maioria da população se dedica a actividades ligadas ao sector primário, com predominio das pequenas explorações agrícolas de dimensão familiar. O sector terciário assume o segundo lugar, traduzindo-se, essencialmente, no comércio tradicional e serviços. Ao nível do sector secundário e, apesar do mesmo representar ainda o sector de actividade menos desenvolvido no concelho, salienta-se o papel que a indústria química, de alimentação e outras indústrias transformadoras têm desempenhado no desenvolvimento deste sector no concelho.

<sup>1</sup> Descrição da rede de transportes, públicos e escolares, em anexo I.  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

Para além da dificuldade de acessos e transportes públicos, a população debate-se, ainda, com a escassez de recursos básicos, como é o caso do saneamento, sendo que existem famílias que ainda vivem sem as mínimas condições de conforto e higiene (*não têm água canalizada, não têm casa-de-banho, etc.*).

Se a estas deficiências de carácter estrutural juntarmos a falta de recursos económicos, na medida em que se trata de uma população maioritariamente rural que, dependendo do seu trabalho, obtém poucos rendimentos, e a pouca escolaridade (*já que apesar de tender a diminuir, a taxa de analfabetismo continua a atingir, de acordo com o Censos 2001, valores na ordem dos 16% em Ponte da Barca*) facilmente compreendemos a existência de várias problemáticas sociais nas quais urge intervir.

### QUADRO 3

#### Síntese dos principais indicadores da situação social do concelho

INDICADORES	1991	2001	2004	2006	2008
População Residente	13.142	12.909			13 004
Índice de dependência dos jovens	35.9%	26.2%			
Índice de dependência dos idosos	27.8%	28.1%			32,8
Índice de dependência TOTAL <sup>2</sup>	63,6%	54,3%			
Índice de Envelhecimento	74,1%		144,6%		159,2
Índice de Longevidade					
Taxa de Analfabetismo	20.9%	16.7%			
Taxa Desemprego	3,97%	8.1%			
Taxa Actividade <sup>3</sup>	38.2%	37.8%			
Taxa Bruta de Natalidade		9.7 ‰	8.0‰	6.1‰	7,8‰
Taxa Bruta de Mortalidade		11.5 ‰	11.8‰		
Taxa Bruta de Nupcialidade					4,7‰
Taxa de Cobertura de Creche e Amas*				15% a 22.3%	
Taxa de Cobertura de Lar, Centro de Dia, Residência e SAD para a área da População Idosa*				0% A 5.6%	
Taxa de fecundidade Geral					32,2‰
Índice de longevidade					49,2‰

Fontes: INE, 2001 e 2008

<sup>2</sup> n.º indivíduos com + 64 anos, por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos

<sup>3</sup> Taxa Actividade Feminina 1991 (31,7%); Taxa Actividade Masculina, 1991 (55,1%)



Face à globalização da pobreza e das desigualdades sociais tenta-se promover o incremento de redes territoriais ancoradas nas dinâmicas locais. Estimula-se uma cultura de trabalho entre actores heterogéneos, em ambientes inter-organizacionais distintos, capaz de gerar uma inteligência colectiva, todavia, sem perda de pluralidade dos olhares e das práticas. É o caso da Rede Social que, ao nível nacional, o seu processo de implementação e consolidação tem vindo a colocar em evidência um conjunto de contradições e desafios, do funcionamento e gestão de parcerias, da cultura organizacional vigente, da participação real da população, da assunção das políticas sociais, da qualidade das respostas sociais existentes e da capacidade de influenciar esferas que detêm o poder de decisão, em relação à definição das políticas, medidas e programas de intervenção social.

A Resolução do Conselho de Ministros, 197/97 de 18 de Novembro de 1997, define a Rede Social “como fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. Estas entidades deverão concertar os seus esforços com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social”.

Ainda de acordo com este organismo, a “Rede Social pretende construir um novo tipo de trabalho em parceria entre entidades públicas e privadas actuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre parceiros, na consensualização dos objectivos e na concertação e consolidação de acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.”

O Diagnóstico Social deve ser um processo aberto e em contínua actualização, na medida em que deve ter subjacente um sistema de informação que viabilize a sua actualização.

Este documento, em particular, consiste numa actualização/renovação dos dados que resultaram de um trabalho anterior (Pré-Diagnóstico e Diagnóstico Social/2004), tendo em conta um conjunto de problemas identificados na altura, e áreas de intervenção ou temáticas que resultaram do levantamento das necessidades prioritárias (Acessibilidades Sociais, Educação/Formação, Empreendedorismo, Emprego e Desemprego e Estilos de Vida Saudáveis). Contudo, importa conhecer, também, as respostas sociais e os meios e recursos humanos e técnicos disponíveis, de forma a determinar a sua adequação aos problemas existentes.

São objectivos do Diagnóstico, consagrados pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social:

- \* Permitir um conhecimento mais aprofundado e cientificamente fundamentado da realidade social do concelho;
- \* Ser uma base para a planificação e constituir um ponto de apoio estratégico para a tomada de decisões das entidades com responsabilidade na área social;

- \* Permitir a circulação sistemática da informação recolhida e a difusão dos conhecimentos produzidos a todas as entidades interessadas;
- \* Contribuir para a consolidação do CLAS, na medida em que constitui um importante factor de mobilização do conjunto de parceiros que vão participar, a diferentes níveis e com contributos diversos, para a sua elaboração.

A Rede Social do concelho é composta pelos seguintes órgãos:

**Conselho Local de Acção Social** (CLAS), do qual fazem parte os seguintes parceiros<sup>4</sup>:

- \* Câmara Municipal de Ponte da Barca;
- \* Centro Distrital de Segurança Social de Viana do Castelo;
- \* Centro Paroquial e Social de Lavradas;
- \* ACAPO – delegação Local de Viana do Castelo;
- \* Instituto da Droga e da Toxicodependência;
- \* Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ponte da Barca;
- \* IIEFP – Centro de Emprego de Arcos de Valdevez;
- \* Centro de Saúde de Ponte da Barca;
- \* Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca;
- \* Centro Social de Entre Ambos-os-Rios;
- \* APPACDM, Subdelegação de Viana do Castelo;
- \* Agrupamento Vertical de Escolas de Ponte da Barca;
- \* EPRALIMA, Escola profissional do Alto Minho;
- \* Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca;
- \* Associação Social e Cultural da Freguesia de Britelo;
- \* Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Entre Ambos-os-Rios;
- \* Associação Social e Cultural dos Amigos de Ponte da Barca;
- \* Associação de Pais do Agrupamento Vertical de Escolas de Ponte da Barca;
- \* Associação dos Amigos da Penha (ADAPANHA);
- \* Associação Juvenil de Vade S. Pedro;
- \* União Desportiva, Recreativa e Cultural de Cidadelhe;

---

<sup>4</sup> Até ao momento da realização deste documento.  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

\*Associação Desportiva, Social e Cultural da freguesia de Lindoso;

\*Juntas de Freguesia de Britelo; Bravães; Ponte da Barca; Grovelas; Nogueira; Sampriz; Lavradas; Touvedo Salvador; Vila Chã Santiago; S. Martinho de Crasto; Cuide de Vila Verde; Entre Ambos-os-Rios; Ermida; Oleiros; Lindoso; Vila Nova de Muía; Vila Chã S. João; Paço Vedro de Magalhães; Vade S. Pedro;

Núcleo Executivo, do qual fazem parte os seguintes parceiros:

- Câmara Municipal de Ponte da Barca;
- Representante da Saúde de Ponte da Barca;
- Representante das IPSS's;
- Representante das Juntas de Freguesia;
- Representante da Educação;
- Representante do IEFP;
- Representante da Segurança Social;

## V - METODOLOGIA, CONSOLIDAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO PROCESSO

O Diagnóstico Social foi desenvolvido tendo por referência a metodologia de investigação – acção, isto é, assentou numa lógica de interpretação dos problemas com vista à definição de estratégias eficazes de intervenção. Neste sentido, não foi simples a recolha de dados estatísticos actualizados, isto porque o objectivo da recolha esteve centrado nos problemas previamente identificados (e não totalmente resolvidos desde a elaboração do primeiro Diagnóstico Social do concelho, em 2004), o que pressupõe que estas fossem situadas no contexto sócio-económico em que emergiram, de forma a permitir a compreensão das suas causas.

Partindo do entendimento que a intervenção social se concebe segundo um processo de investigação-acção, no qual o estudo/pesquisa, a programação, a execução e a avaliação ocorrem de forma sobreposta e retroactiva, o diagnóstico social constitui, por excelência, tal como refere Ezequiel Ander-Egg, um instrumento em que "(...) a informação deve ser organizada de maneira a servir à tarefa de programação e como informação básica das estratégias de acção" (1993: 133).

Neste sentido, para além da caracterização dos principais problemas identificados em cada uma das áreas tratadas, foram igualmente apontadas as causas, consequência e possíveis pistas de intervenção/acção para a resolução/atenuação dos problemas.

Tratou-se de uma metodologia de planeamento integrado que foi ao encontro das necessidades individuais e colectivas, articulando as iniciativas em curso na comunidade e concebendo um processo integrado de desenvolvimento local.

Segundo Isabel Guerra (...) "a investigação-acção é uma metodologia ambiciosa que pretende conter todos os ingredientes da investigação e, mais ainda, os ingredientes da acção. O conhecimento é produzido em confronto directo com o real, tentando transformá-lo e *o saber social é produzido colectivamente pelos actores sociais desconstruindo* o papel de "especialista" normalmente atribuído ao cientista social". (2002:75)

Foi de importância crucial que o CLAS de Ponte da Barca, através dos representantes no Núcleo Executivo, tivessem assumido uma postura dinâmica na elaboração da actualização do Diagnóstico Social, de modo a compreender a trajectória passada e tentar definir perspectivas de evolução, quer relativamente aos problemas quer relativamente a possíveis soluções para os mesmos.

Esta actualização foi elaborada de forma sistémica, interpretativa e prospectiva, partindo dos dados constantes no Pré-Diagnóstico e no primeiro Diagnóstico do concelho e apelando à participação colectiva, através de vários contactos informais, a todas as instituições com intervenção no concelho, nas matérias e área abordadas no presente documento. Desta forma, é possível obter uma visão mais concreta e real da realidade social, cultural e económica do concelho, perspectivando os pontos fulcrais, sobre os quais poderá e deverá incidir a intervenção através dos vários planos e actividades

locais, sem descurar todas as intervenções realizadas e a realizar em cada momento pelos diversos parceiros e não esquecendo que todos os problemas são transversais, assim como a resolução dos mesmos.

Em termos genéricos, do ponto de vista territorial, reafirmam-se as zonas socialmente deprimidas, identificadas no primeiro Diagnóstico realizado, justificando-se uma reflexão sobre a natureza da intervenção desenvolvida e a promoção de estratégias e programas integrados e inovadores que visem não só a resolução dos problemas mas, sobretudo, a sua prevenção, assente no entendimento alargado das condições de produção da pobreza e da exclusão social, subjacente a uma consciência de participação colectiva.

É assim, neste contexto, que, desde 2003, se tem vindo a elaborar documentos<sup>5</sup> que, com todas as limitações que lhes são reconhecidas, não deixam de dar uma maior visibilidade aos problemas sociais existentes no concelho, chamando, igualmente, a atenção para a necessidade de intervir mais e melhor.

Foi com este propósito, de melhor conhecer para melhor intervir, que um conjunto de técnicos, pertencentes a diferentes instituições e com diferentes áreas de formação, deu o seu contributo na reflexão e na produção de conhecimento sobre a situação actual vivida em Ponte da Barca.

Para que pudesse ser respeitada a diversidade das dinâmicas subjacentes aos vários grupos de trabalho e dos diferentes espaço/momentos de discussão e reflexão criados, optou-se por elaborar uma primeira parte dedicada à caracterização genérica do concelho. Na segunda parte apresentam-se, sob a forma de capítulos, os eixos prioritários, realçando, em cada um, as problemáticas, causas, consequências e dicas de intervenção.

## VI - IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS

Do resultado do trabalho efectuado para a elaboração do Pré-Diagnóstico e Diagnóstico Social concluiu-se a existência de quatro grandes grupos de problemáticas que foram tratados nos documentos supra mencionados.

Na actualização do Diagnóstico Social, fase em que nos encontramos, os problemas identificados mantêm-se, uma vez que nos últimos quatro/cinco anos (desde a elaboração do primeiro documento) não foram sanados na totalidade. No entanto, decidiu-se, por razões de percepção dos parceiros sociais desde a realização do último documento, acrescentar outro grande tema, a Habitação. Ainda, importa realçar que, para além dos problemas anteriormente definidos como prioritários, foram efectuados, numa lógica de parceria e participação na construção do documento actual, contactos com os Presidentes de Junta de Freguesia para apurar, de acordo com a sua visão, quais os três problemas mais prioritários em cada freguesia e, concluiu-se que os problemas são transversais às freguesias e vão de encontro aos já enumerados. Assim, contamos com:

1. Respostas Sociais;
2. Educação/Formação;
3. Emprego/Desemprego/Empreendedorismo;
4. Saúde e Estilos de Vida;
5. Habitação

Cada uma das áreas enumeradas anteriormente tem inerente um conjunto de problemas que se passa a enunciar:

Na área das **Respostas Sociais** foram identificados problemas como listas de espera para a valência de Lar, escassez de respostas diversificadas ao nível da deficiência e problemáticas emergentes. Necessidade de melhorar a qualidade de alguns serviços prestados pelas respostas existentes, nomeadamente assegurar uma maior cobertura em termos de transportes e no alargamento do horário do SAD em todas as instituições.

Um dos grupos mais afectados são os idosos, dado que estamos perante uma comunidade cada vez mais envelhecida e que necessita de respostas sociais adequadas às suas necessidades, vindo a ser minimizado através do recurso a famílias de acolhimento. Também o grupo dos 0 meses aos 3 anos necessita de uma resposta urgente, uma vez que a procura de creche e amas é crescente no concelho.

Na área da **Educação/Formação** foram identificados problemas como o insucesso e absentismo escolar. Associados a este, a elevada taxa de analfabetismo (de acordo com os Censos 2001), a desresponsabilização dos pais/educadores face à importância da escola e a dificuldade da escola em corresponder aos desafios/necessidades da comunidade escolar.

Na área do **Emprego/desemprego/empreendedorismo** foram identificados problemas como o fraco/inexistente tecido empresarial, a inadequação da formação profissional (relacionada com as saídas profissionais no concelho), a precariedade no trabalho, entre outros.

Na área da **Saúde e Estilos de Vida** foram identificados problemas como o enraizamento do consumo do álcool, as dependências, a falta/escassez de cultura de exercício físico e alimentação inadequada.

Na área da **Habitação** foram identificados os seguintes problemas: pouca cobertura de saneamento básico, más condições de habitabilidade ao nível das coberturas e do soalho, sobrelotação, falta de instalação eléctrica em algumas habitações, entre outros.

#### QUADRO 4

Resumo dos problemas supra citados.

PROBLEMÁTICA	PROBLEMAS	GRUPOS AFECTADOS
Respostas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Listas de espera para a valência de Lar;</li> <li>* Listas de espera para a valência de creche;</li> <li>* Escassez de respostas diversificadas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Idosos;</li> <li>* Crianças;</li> <li>* População com deficiência;</li> </ul>
Educação/Formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Insucesso e Absentismo Escolar;</li> <li>* Elevada taxa de analfabetização;</li> <li>* Desresponsabilização dos pais;</li> <li>* Desvalorização da escola pelos alunos e pelos pais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Desempregados;</li> <li>* Jovens à procura 1º. Emprego;</li> </ul>
Emprego/Desemprego/ Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Fraco tecido empresarial e económico;</li> <li>* Inadequação da formação profissional ao mercado de trabalho;</li> <li>* Desemprego e precariedade do trabalho;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* População em idade activa;</li> </ul>
Saúde e Estilos de Vida Saudáveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Enraizamento do consumo álcool;</li> <li>* Alimentação inadequada;</li> <li>* Falta/escassa de cultura de exercício físico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Famílias;</li> <li>* Menores;</li> </ul>
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Falta de condições de habitabilidade;</li> <li>* Escassez de saneamento básico;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Famílias;</li> </ul>

Transversal a todas estas problemáticas e problemas, destacamos a deficiente rede de transportes públicos regulares e que cubram todo o território, o que impossibilita o acesso aos vários serviços, que compõem um obstáculo ao acesso ao emprego para quem não dispõe de meios de transporte próprios e no custo das deslocações, quando realizadas em transportes públicos (particulares).

## VII – CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS EXISTENTES

Embora sabendo que todos os problemas que se evidenciam neste documento são transversais e, portanto, influenciam-se mutuamente, optamos por dividir o documento por áreas identificadas e tratar cada uma delas especificamente, sem esquecer a transversalidade.

### PROBLEMÁTICA 1 - RESPOSTAS SOCIAIS

Entende-se por Acessibilidades/Respostas Sociais todos os Equipamentos/Infra-estruturas existentes no Concelho, capazes de dar resposta às solicitações e necessidades sociais dos habitantes.

No mundo de hoje, apesar das possibilidades de realização das pessoas serem maiores que há uns anos atrás, pelo contributo dado pela ciência e pela técnica, contribuindo, por exemplo, para um aumento considerável da esperança média de vida, o homem continua insatisfeito. Os seus anseios e projectos nem sempre são concretizáveis, pois a vida nem sempre se cruza com os grandes valores humanos e a sociedade actual, cada vez mais vive com falta de tempo.

O rápido envelhecimento demográfico, as modificações da estrutura etária da população e a organização da sociedade, constituem, na Europa e em Portugal, um problema social. De acordo com os Censos 2001: "...o duplo envelhecimento demográfico, que se caracteriza pelo aumento de população idosa (envelhecimento pelo topo) e pelo declínio de população jovem (envelhecimento pela base) verificou-se praticamente em todo o território nacional..." (*Instituto Nacional de Estatística*).

Este fenómeno está cada vez mais na ordem do dia pelas diversas complicações que acarreta em termos sociais, laborais, culturais e de saúde. Como se pode verificar pelo gráfico apresentado no Capítulo I, o envelhecimento da população converte o grupo da terceira idade num objectivo prioritário das políticas sociais deste CLAS (Conselho Local de Acção Social).

A População Idosa do Concelho atingiu, em 2001, 21% do total da população do concelho, 7% superior à média da Região Norte. Deste grupo, a população em situação de independência económica, vive, essencialmente, do trabalho agrícola, do rendimento de bens e de pensões, enquanto que a população em situação de dependência se encontra maioritariamente a cargo de familiares. As pensões de reforma são, no grupo dos mais idosos (com mais de 75 anos), o principal meio de vida. Em causa está a incapacidade para garantirem a satisfação das despesas de saúde, sobretudo quando vivem sós, ou isolados, por força do abandono dos mais jovens (filhos e outros descendentes), do lugar onde vivem.



No que se refere aos equipamentos já existentes e com relevância no domínio do apoio social, procura-se, nas páginas seguintes, dar conta das valências e formas de estar em termos de intervenção social.

QUADRO 5  
Respostas Sociais

Respostas	Santa Casa			Ass. Britelo			Centro Social Lavradas			Centro Social Entre Ambos-os-Rios			APPACDM de V. Castelo - Delegação de P. Barca			Total		
	Capac.	Cob.	L. E.	Capac.	Cob.	L. E.	Capac.	Cob.	L. E.	Capac.	Cob.	L. E.	Capac.	Cob.	L. E.	Capac.	Cob.	L. E.
Lar	80	80	91													80	80	91
Centro de Dia							30	29	0	25	22	0				55	51	0
SAD	30	28	0	25	31	0	29	40	0	30	30	4				104	129	4
J. Infância	75	85	0													75	64	0
Creche	43	60	31													43	60	31
C.A.T.L.	50	50	0													50	40	0
CAO													22	22	15	22	22	15
Centro Educacional													10	4	0	10	4	0
Lar de Grandes Dependentes	23	23	10													23	23	10
Internamento de Agudos	10	-	-													10	-	-
PAI (Programa de Apoio Integrado a Idosos)	50	40	0													50	40	0
<b>TOTAL</b>	<b>361</b>	<b>366</b>	<b>132</b>	<b>25</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>69</b>	<b>0</b>	<b>55</b>	<b>52</b>	<b>4</b>	<b>32</b>	<b>26</b>	<b>15</b>			

IPSS's/2009

Existem, actualmente, duas Instituições que têm como resposta social Centro de Dia (CD). Relativamente ao Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), existem quatro IPSS's a prestar este serviço. Futuramente, irá surgir uma nova estrutura/IPSS (Associação Social dos Amigos de Ponte da Barca), que também inclui a resposta de SAD, Centro de Dia e Creche. Esta irá possibilitar uma maior cobertura concelhia pois, ao ficar sedeada numa "corda" actualmente com carência de respostas, permitirá melhorar a capacidade dos serviços prestados.

O Serviço de Apoio Domiciliário e os Centros de Dia evitam, na maioria dos casos, a completa separação entre o idoso e o espaço físico e social com que se identifica, o que constitui uma mais valia no apoio a esta população. Não obstante, continua a ser necessário responder às necessidades dos mais idosos, criando estruturas que os acolham, e que levem em linha de conta as suas necessidades específicas.

## QUADRO 6

Respostas Sociais, em fase de implementação, no Concelho de Ponte da Barca

RESPOSTAS	Associação Social e Cultural dos Amigos de Ponte da Barca	Lar Residência Sénior “Casa da Cerca”	TOTAL
	Capacidade	Capacidade	Capacidade
Lar		30	30
Centro de Dia	30		30
SAD	30		30
Creche	33		33
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>30</b>	<b>123</b>

Fonte: IPSS's Maio/2009

Relativamente ao Programa de Apoio Domiciliário Integrado para Idosos (PAII), aprovado recentemente e a funcionar na Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, é um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde a prestar no domicílio. Pretende-se junto dos utentes, famílias, vizinhos e amigos desenvolver acções de informação/formação na área da “Prevenção e Educação para a Saúde”, levando às suas casas um enfermeiro e a técnica de acção social sempre que necessário, mediante as necessidades identificadas. Os 50 utentes previstos no projecto ficam isentos de pagamento de mensalidade até 1 de Julho de 2010, uma vez que o Programa prevê o acesso gratuito aos serviços prestados no período mencionado. Através deste Projecto existe uma verba destinada à aquisição de ajudas técnicas, feita após um diagnóstico de necessidades que é levado a cabo pelo médico, enfermeira e coordenadora do projecto.

Ainda, e relativamente a serviços direccionados para a população idosa, iniciou actividade, no concelho, recentemente, uma empresa privada de Apoio Domiciliário na área social, denominada “TERNURA – Apoio Domiciliário” e oferece serviços como alimentação, higiene habitacional e pessoal, entre outros, contribuindo para o aumento das alternativas na área do Apoio Domiciliário.

Outro recurso existente no âmbito de cuidados globais a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência é a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). A finalidade da RNCCI é criar um sistema integrado de serviços de saúde e de apoio social que capacitem os seus utentes no sentido da promoção da autonomia, através da implementação de um novo modelo de cuidados que pretende reabilitar e informar os utentes. Implica o trabalho integrado e pró-activo de equipas de saúde e de apoio social com o envolvimento dos utentes e famílias/cuidadores informais, respeitando as suas necessidades e preferências.

Pressupõe a instituição de um modelo de intervenção integrado e articulado entre o sector da saúde e a segurança social. Este modelo centra a sua actuação ao nível intermédio de cuidados de saúde e de apoio social, quer no meio comunitário como de internamento hospitalar. (A funcionalidade desta resposta será desenvolvida no capítulo da saúde.)

As respostas ao idoso têm extrema importância, à semelhança das respostas na área da infância e juventude, que constituem um apoio à família, porque libertam mais elementos do núcleo familiar para o mercado de trabalho, e, em consequência, promovem um aumento dos rendimentos. Por outro lado, o apoio aos idosos diminui o seu isolamento, criando alternativas seguras dentro da própria comunidade.

No que diz respeito às crianças e jovens, e relativamente a valências que os integrem, o Centro de Actividades Tempos Livres (CATL) da Santa Casa da Misericórdia foi criado com o intuito de proporcionar às crianças/jovens, um espaço repleto de actividades diversas onde possam experimentar novas vivências e, até mesmo, um lugar onde seja possível descansar depois de um dia de escola. Apesar da problemática envolta das políticas educativas, nomeadamente no que diz respeito aos CATL, esta resposta social tem vindo a superar totalmente as expectativas, nomeadamente no que concerne ao número de utentes a frequentar actualmente o estabelecimento. Actualmente, frequentam o espaço 50 crianças/jovens.

Salienta-se, também, as valências da APPACDM de Viana do Castelo – Delegação de Ponte da Barca, vertidas na tabela anterior, que permitem, assim como as valências de CD e SAD, contrariar a tendência de isolamento das pessoas com deficiência, vistas, por alguns, como seres indesejados e desajustados da sociedade.

Este Centro encontra-se dividido em duas valências, nomeadamente o Centro Educacional com uma sala de escolaridade e aprendizagem funcional e a outra valência corresponde ao CAO, que é constituído por ateliers de Reciclagem, Artesanato, Cêra e Actividades de Vida Diária. A equipa de enquadramento encontra-se no Centro de 2º a 6º feira.

Ainda na área da Deficiência, e de acordo com o levantamento habitacional (e respectiva caracterização dos agregados), levado a cabo pelo Sector de Saúde e Acção Social da Autarquia, em 2006, a 235 agregados, concluiu-se que uma percentagem significativa (12,34%) dos agregados familiares abordados tinha, na sua constituição, um elemento com deficiência.

Da análise dos elementos apresentados constata-se a existência de lacunas ao nível de apoio às crianças, existindo apenas duas creches, situadas na sede no Concelho (uma privada, com capacidade para 35 crianças e a da Santa Casa da Misericórdia), situação essa que se alterará com a abertura da Creche, na freguesia de Oleiros, da Associação Social dos Amigos de Ponte da Barca.

#### QUADRO 7

##### Respostas Sociais Privadas do Concelho

Resposta	Capacidade	Grupo Etário
Creche B-A-Bá	35	Até aos 3 anos

Fonte: Creche B-A-Bá

As Instituições que intervêm nas diferentes freguesias, e à semelhança do CLAS de Ponte da Barca, têm tido a preocupação de aumentar as respostas sociais existentes, e procurado promover actividades de lazer/recreativas aos utentes institucionalizados, proporcionando intercâmbios e actividades conjuntas, a nível concelhio e inter-concelhos.

Na procura de uma melhor resposta às necessidades da população, tem vindo a ser implementada, pelas instituições intervenientes, através das OFICINAS DO LAZER<sup>6</sup>, uma prática de trabalho, que se ajuste às necessidades individuais das pessoas que solicitam determinada resposta social. Assim, as actividades propostas pelas Instituições têm como objectivos:

- Proporcionar uma vida mais harmoniosa, atractiva e dinâmica, com a participação e envolvimento do idoso;
- Incrementar a ocupação adequada do tempo livre, para evitar que o tempo de ócio seja alienante, passivo e despersonalizado;
- Rentabilizar os recursos comunitários para melhorar a qualidade de vida do idoso;
- Valorizar as capacidades, competências, saberes e cultura do idoso, aumentando a sua auto-estima e autoconfiança;
- Conhecer a comunidade local: a sua cultura, modos de vida, outras instituições, equipamentos e organizações sociais e culturais.

Das respostas sociais implementadas, nem todas têm o mesmo impacto. De acordo com as características da população de cada comunidade e das necessidades que estas apresentam, estas respostas vão assumindo maior ou menor impacto. Na elaboração deste documento pretende-se fazer uma breve apresentação de algumas das respostas existentes, com enquadramento pela Segurança Social, e que se considera terem vindo a assumir maior relevância na população do concelho de Ponte da Barca.

Com o evoluir da sociedade foram surgindo novas necessidades sociais, que tornaram imperioso o alargamento de respostas que são dadas à população. A participação da mulher no mercado de trabalho, o progressivo envelhecimento da população, são alguns dos factores que originaram a necessidade de adopção de medidas sociais para apoiar aqueles que, pela sua idade ou por falta de autonomia, vivem em situação de isolamento, agravada pela insuficiência ou inexistência de respostas que satisfaçam as suas necessidades básicas.

## Acolhimento Familiar de Adultos<sup>7</sup>

---

A fim de diversificar a rede de respostas destinadas aos idosos e deficientes adultos, foi criado o acolhimento familiar. É uma medida de política social que consiste em integrar, temporária ou

<sup>6</sup> Grupo dinamizado pela REDE SOCIAL, com a participação de todas as IPSS's do concelho.

<sup>7</sup> Decreto -Lei n.º 391 de 10 de Outubro, de 1991  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

QUADRO 8

Tipo de Acolhimento	Nº. Famílias de Acolhimentos	Nº. Pessoas Acolhidas
Idosos/Adultos Deficientes	18	31

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo, ISS, IP

O acolhimento familiar de adultos, em Ponte da Barca, tem vindo a manifestar-se como um recurso imprescindível na resolução imediata de situações que vão surgindo e que não têm resposta noutras instituições ou serviços locais, nomeadamente Lar de Idosos.

Ainda, situações há em que o utente recusa a institucionalização, valorizando contextos mais aproximados à sua família e às suas dinâmicas. Também, situações em que os serviços encaminham, pela gravidade sócio-económica do contexto do utente, para as famílias de acolhimento, mantendo o utente o estilo de vida quotidiano.

Para a família do idoso, prestar os cuidados que este necessita, tem sempre implicações na organização das mesmas e da sua vida quotidiana, sendo que estes condicionalismos das famílias actuais para poderem assegurar os cuidados, impossibilita, muitas vezes, que a família biológica seja a família cuidadora. Cada vez mais começam a surgir situações de idosos com situação de dependência face a necessidades funcionais, que provocam maior necessidade de uma terceira pessoa que lhes assegure os cuidados que necessitam.

### Prestadores de cuidados ao domicílio<sup>8</sup>

Tem como base a preocupação de desenvolver e aperfeiçoar as medidas de apoio social a famílias e indivíduos que se encontrem em situação de maior dependência, designadamente a idosos e deficientes.

As ajudantes, no exercício da sua actividade, devem:

- \* Prestar ajuda na confecção das refeições, no tratamento de roupas, nos cuidados de higiene e conforto pessoal dos utentes;
- \* Realizar, no exterior, serviços necessários aos utentes e acompanhá-los nas suas deslocações, sempre que necessário;

<sup>8</sup> Decreto-Lei n.º 141, de 28 de Abril, de 1989  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

- \* Ministrando aos utentes, quando necessário, a medicação prescrita que não seja da exclusiva competência dos técnicos da saúde;
- \* Acompanhar as alterações que se verificarem na situação global dos utentes que afectem o seu bem-estar e, de um modo geral, actuar de forma a ultrapassar possíveis situações de isolamento e solidão.

QUADRO 9

<b>Resposta Social</b>	<b>N.º Prestadores</b>	<b>Pessoas Apoiadas</b>
<b>Prestadores de Cuidados no Domicílio</b>	62	79

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo, ISS, IP

Como se pode verificar pelo quadro supra, existiam, em Ponte da Barca, um total de 79 pessoas apoiadas, por 62 prestadores de cuidados ao domicílio.

Fazendo uma análise da realidade do concelho de Ponte da Barca, e face às instituições locais que prestam Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), constata-se existir um número considerável de pessoas que, não estando a ter resposta pelos serviços existentes, recorrem aos serviços de prestadores de cuidados ao domicílio. Este facto permite apontar como uma possível causa destes indicadores, a insuficiência das instituições locais garantirem os cuidados diários que as pessoas apresentam. É ainda de referir que, um dos constrangimentos que é apontado pelos técnicos das instituições locais, relativamente aos serviços que prestam com o SAD, é a dificuldade de assegurarem diariamente, em diferentes momentos, os cuidados necessários e solicitados.

## Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens

Com o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro, e em harmonia com os princípios, objectivos, finalidades e o estipulado na Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, foi regulado o regime da execução da medida de Acolhimento Familiar, assentando na previsibilidade do regresso da criança ou jovem à sua família natural.

Este acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou família, habilitadas para o efeito, e visa a integração destes em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral. A execução da medida de Acolhimento Familiar terá que obedecer a um plano de intervenção elaborado de harmonia com o estabelecido em acordo de promoção e protecção ou em decisão judicial.

Em Ponte da Barca não existe, actualmente, nenhuma família de acolhimento de crianças ou jovens. Considera-se que esta resposta social seria uma mais valia neste concelho, dado que tem havido a necessidade de recorrer a esta resposta em famílias de acolhimento residentes em outros concelhos, por inexistência em Ponte da Barca.

## Amas<sup>9</sup>

---

As modificações progressivamente introduzidas nas últimas décadas na organização da vida social e familiar, resultantes, entre outros factores, de uma crescente participação da mulher em actividades profissionais, têm conduzido à necessidade da criação de serviços que assegurem o acolhimento das crianças durante o período de trabalho dos pais, garantindo as condições adequadas ao seu desenvolvimento integral. A criação de tais serviços assume, no entanto, aspectos mais delicados quando se trata do acolhimento de crianças situadas na faixa etária dos 3 meses aos 3 anos, pelo que, sem prejuízo da necessária intensificação da rede de estruturas sócio-educativas com adequado nível técnico, a prática tem demonstrado a necessidade de se adoptarem, concomitantemente, respostas alternativas aos equipamentos clássicos.

O objectivo desta resposta social é a colaboração com as famílias no acolhimento das crianças, proporcionando-lhes, num ambiente familiar, as condições adequadas ao seu desenvolvimento integral.

Como requisitos para a admissão de crianças nas amas, as mesmas deverão satisfazer algumas condições, nomeadamente:

- Terem idade superior a 3 meses e inferior a 3 anos, salvo em casos excepcionais devidamente analisados;
- Ausência ou impossibilidade por parte dos pais de assegurar aos filhos os cuidados necessários;
- Fragilidade física e emocional ou maior dificuldade de adaptação à permanência em estabelecimento de primeira infância;

Existe, actualmente, em exercício de actividade de ama, no concelho de Ponte da Barca, apenas uma situação, estando em acolhimento na ama, quatro crianças.

## Rendimento Social de Inserção

---

Com a Lei n.º 13/2003 foi revogado o Rendimento Mínimo Garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho e criou o **Rendimento Social de Inserção (RSI)**.

---

<sup>9</sup> Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

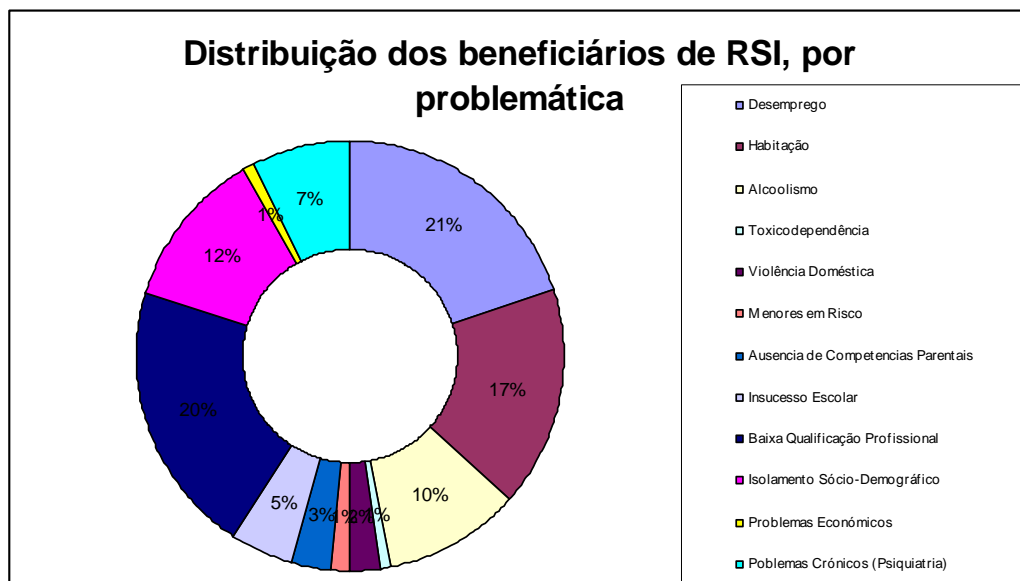
O RSI consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária. A prestação do RSI assume natureza pecuniária e possui carácter transitório, sendo variável o respectivo montante.

O RSI assume-se como uma das principais medidas de combate à exclusão social, uma vez que se propõe assegurar a inserção das pessoas excluídas ou em risco de exclusão. Sendo necessário lutar pela inserção social, laboral e comunitária destas pessoas e promover a sua autonomia, os programas de inserção são um elemento preponderante no desenvolvimento deste propósito.

O programa de inserção contempla um conjunto de acções destinadas à gradual integração social, laboral e comunitária dos vários elementos do agregado familiar. Estes são elaborados em função das características e necessidades dos agregados familiares, tendo em especial atenção as aptidões e capacidades de cada um, bem como os recursos existentes para poderem concretizá-los.

Tendo consciência das dificuldades que estão inerentes ao acompanhamento do Programa de Inserção de um agregado familiar, pelas situações problemáticas que envolvem os seus elementos e até mesmo pela tendência natural dos beneficiários de centrar as atenções e energias nos problemas, é tido como princípio orientador, centrar a intervenção nos processos que conduzam à resolução das situações problema. Neste contexto, a proximidade e o acompanhamento são decisivos para tornar efectiva a inserção das pessoas e para estimular a sua autonomia, a qual deve ser assegurada pelos Núcleos Locais de Inserção (NLI).

GRÁFICO 4



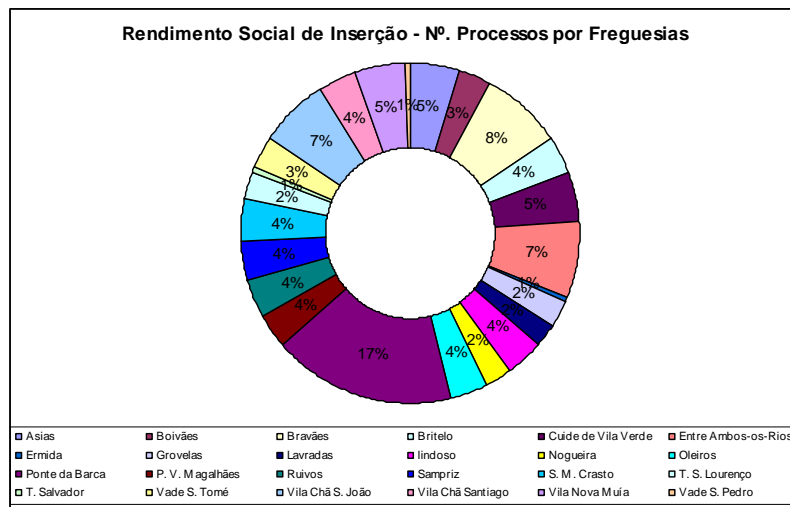
Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo, ISS, IP



Os NLI constituem estruturas operativas desta medida social, assumindo especial relevância na sua implementação nas diferentes zonas, bem como na dinamização e sensibilização das comunidades e dos seus agentes para a partilha de responsabilidades sociais.

Em termos de concelho é significativo o número de agregados familiares enquadrados na medida, no entanto, ao realizar uma análise por freguesia, constata-se uma mancha equitativa por todas. Pode-se destacar os 17% da sede do concelho, justificado pelo facto de ser a freguesia com maior número de população residente. É importante referir que esta é uma medida que chega a todo o tipo de população.

GRÁFICO 5



Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo, ISS, IP

No âmbito do RSI, os apoios complementares, que são subsídios extras, atribuídos em função das acções contempladas no Programa de Inserção e que podem ser aplicadas a acções ao nível da saúde, educação, habitação e transportes (poderão ser contempladas outras áreas, desde que devidamente justificadas), constituem uma mais-valia no combate à pobreza e situações de exclusão social.

Com o intuito de ser desenvolvida uma intervenção mais directa junto das famílias, trabalhando as competências pessoais e sociais, nomeadamente na gestão doméstica, na gestão de actividades de vida quotidiana, ou seja, no treino dos domínios que se apresentam vulneráveis e que exigem uma intervenção mais prática, foi assinado em 2007 um Protocolo no âmbito da medida do RSI, entre o Centro Distrital Viana do Castelo, ISS, I.P e o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, através do qual foi possível a criação de uma equipa de trabalho, traduzindo-se num maior acompanhamento de situações de beneficiários de RSI.

Está estipulado esta equipa acompanhe 100 agregados familiares, sendo que os restantes terão o acompanhamento dos técnicos da Segurança Social e de outros serviços locais.

QUADRO 10  
Caracterização dos Titulares

Titulares	Sexo	
	Masculino	Feminino
N.º	27	100
<b>Total</b>	127	

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo, ISS, IP

É de referir que os dados apresentados no quadro ilustram bem o facto de, na maior parte das situações, quem requer a prestação de RSI, são mulheres. Este facto pode ser justificado pela dificuldade de integração no mercado de trabalho das mulheres, pela maior disponibilidade para tratar de situações que envolvam documentação e pela maior aceitação da mulher em reconhecer as necessidades e recorrer ajuda.

No quadro 10 é apresentada a distribuição do total de beneficiários de RSI, 368 indivíduos, por faixa etária e por sexo. É significativo o número de beneficiários com idade inferior a 18 anos, que são referentes, na quase totalidade, aos filhos de titulares da prestação de RSI.

QUADRO 11  
Caracterização dos Beneficiários

Faixa Etária	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
<18	72	61	133
18-24	16	21	37
25-34	10	15	25
35-44	21	32	53
45-54	26	36	62
55-64	15	21	36
>65	11	11	22
<b>Total</b>	171	197	368

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo, ISS, IP

As faixas etárias dos 35-44 e 45-54, são faixas com valores significativos, ilustrativos de que a maior percentagem da população abrangida são indivíduos ainda em idade activa. Convém referir que, de acordo com o previsto na Lei que regulamenta esta prestação social, faz-se uma análise do agregado familiar e não das pessoas isoladamente. Neste seguimento convém não esquecer que o estar enquadrado na medida não significa que não esteja a exercer actividade laboral remunerada. Na maior parte das situações existem rendimentos que, não sendo suficientes para garantirem o mínimo económico previsto, conferem o direito de estarem enquadrados nesta medida.

**QUADRO 12**  
Caracterização dos Titulares por Tipo de Família

Tipo de Família	N.º
Monoparental Masculina	3
Monoparental Feminina	22
Isolada Masculina	12
Isolada Feminina	14
Nuclear com Filhos	50
Nuclear sem Filhos	15
Extensa	2
Alargada	9
<b>Total</b>	<b>127</b>

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo, ISS, IP

O quadro 12 ilustra a predominância de famílias nucleares com filhos, contudo é visível existirem as mais diversas tipologias de famílias enquadradas na medida.

### Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos (CSI), implementado em 2006, é uma prestação monetária do Subsistema de Solidariedade, destinada a pessoas com baixos recursos. É uma prestação diferencial, ou seja, um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem. O acesso ao CSI foi alargado, progressivamente, e em 2006 puderam candidatar-se as pessoas com idade igual ou superior a 80 anos, em 2007 as pessoas com idade igual ou superior a 70 anos e em 2008 quem tiver idade igual ou superior a 65 anos.

A atribuição do CSI depende da apresentação de uma candidatura à Segurança Social, sendo necessário demonstrar que o candidato reúne as condições exigidas para a sua atribuição. O valor a receber será igual à diferença entre o limite anualmente fixado e os recursos que foram considerados na avaliação da situação do candidato.

Esta medida tem vindo a assumir maior impacto na população do concelho de Ponte da Barca, pois desde a sua implementação em 2006, verifica-se uma tendência crescente do número de requerimentos existentes.

**QUADRO 13**

Ano	N.º Requerimentos CSI
2006	26
2007	74
2008	58
<b>Total</b>	<b>158</b>

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo, ISS, IP

Pelo quadro apresentado, é visível que no ano de início da medida, o número de requerimentos existentes é reduzido. Como possíveis causas desta situação poderemos indicar o facto de nesse ano apenas podiam requerer os idosos com mais de 80 anos. À medida que a idade permitida para acesso ao CSI baixa, maior número de pessoas reúne condições para requerer. Um outro factor que poderá estar a contribuir para esta tendência crescente é o facto de terem sido desenvolvidas campanhas de divulgação e sensibilização sobre os benefícios desta medida. Deverá ainda ser tido em conta o facto de, em 2007, os rendimentos considerados serem de valor inferior aos aplicados em 2008, conforme tabelas no anexo II.

Ao fazer-se uma análise dos requerimentos de CSI da população de Ponte da Barca, pelos dados do quadro abaixo apresentado, verifica-se que a maior parte dos requerimentos que deram entrada, foram deferidos.

QUADRO 14

Situação actual	N.º processos
Deferidos	125
Indeferidos	18
Em análise	15
<b>Total</b>	<b>158</b>

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo, ISS, IP

Uma das características do CSI é que esta medida possibilita que os beneficiários possam reduzir as suas despesas de saúde através dos benefícios adicionais de saúde. Estes poderão ter uma comparticipação nas despesas de:

- \* Medicamentos – 50 % (da tabela de preço não comparticipada);
- \* Óculos e lentes – 75% (da parcela não comparticipada até € 100,00 num intervalo de dois anos);
- \* Próteses dentárias removíveis – 75% (da parcela de despesa não comparticipada na aquisição e reparação até € 250, 00 num intervalo de três anos).

Os beneficiários do CSI têm igualmente direito a consultas e tratamentos de medicina dentária. Os “cheques-dentista” são emitidos e entregues pelo Centro de Saúde.

## Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ponte da Barca (CPCJ) \_\_\_\_\_

A CPCJ visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Esta comissão com competência na área do município, é constituída por vários representantes das entidades locais, funcionando na modalidade *Alargada*, para a promoção dos direitos e prevenção de situações de perigo para crianças e jovens e na modalidade *Restrita*, à qual compete intervir em

situações em que crianças e/ou jovens estão em perigo, através da aplicação de medidas de Promoção e Protecção.

Em 2008, a CPCJ, teve um volume processual de 63 processos, conforme os quadros seguintes, onde se constata a grande diversidade de problemáticas apresentadas no seio das famílias, passando pelas formas activas de violência contra a integridade física e psíquica das crianças, bem como formas de privação, omissão ou negligência (material e afectiva) que comprometem o seu desenvolvimento.

QUADRO 15

PROBLEMÁTICAS	FAIXAS ETÁRIAS			
	0 aos 5 anos	6 aos 10 anos	11 aos 12 anos	13 aos 14 anos
Abandono	0	0	0	0
Abandono Escolar	Não se aplica	0	1	2
Abuso Sexual	1	1	2	1
Corrupção de menores	0	0	0	0
Exercício abusivo da autoridade	0	0	0	0
Exploração do trabalho infantil	0	0	0	0
Exposição a modelos de comportamento desviantes	5	2	5	4
Ingestão de bebidas alcoólicas	0	0	0	1
Maus-tratos físicos	1	2	1	0
Maus-tratos psicológicos/abuso emocional	2	5	3	0
Mendicidade	0	0	0	0
Negligência	10	9	3	2
Pornografia infantil	0	0	0	0
Prática de facto qualificado como crime	0	0	0	0
Problemas de saúde	0	0	0	0
Prostituição infantil	0	0	0	0
Uso de estupefacientes	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	19	19	15	10
	<b>73</b>			

Fonte: CPCJ de Ponte da Barca

O problema mais grave e recorrente com que nos deparamos é o das famílias de identidade alcoólica, onde a falta de preparação para a parentalidade é evidente, sendo frequentes a negligência dos cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação.

QUADRO 16

Factores de Risco 2008	Nº de situações ocorridas/ sinalizadas em 2008	Relação com o Volume Processual Total (63)
Alcoolismo dos pais	27	42,9%
Violência doméstica relacionada com o álcool	20	31,7%
Maus-tratos relacionados álcool	5	7,9%
Exposição a modelos de comportamento desviante (álcool)	30	47,6%
Comportamento desviante nos jovens (consumo de álcool)	1	1,5%

Fonte: CPCJ de Ponte da Barca

Outro problema reside nas famílias com dificuldades ao nível das competências parentais que, apesar do acompanhamento efectuado pelos serviços e técnicos, não conseguem cumprir com o seu papel no sentido de promover o desenvolvimento integral das suas crianças e jovens.

Tendo em conta o elevado défice de competências das famílias e a reduzida capacidade de mudança que compromete o desenvolvimento das crianças e jovens, urge procurar respostas alternativas, que permitam proporcionar-lhes boas experiências relacionais primárias facilitadoras da prossecução do seu projecto de vida e o exercício das funções da parentalidade globalmente positiva.

O Consumo de álcool neste concelho tem uma forte componente cultural e verifica-se tanto no sexo masculino como no feminino. O uso e o abuso de bebidas alcoólicas são muito frequentes e, muitas vezes, é difícil diferenciar das situações de dependência alcoólica.

A escassez de respostas ao nível do diagnóstico, da motivação para o tratamento, do tratamento e prevenção da recaída é uma realidade que condiciona gravemente a intervenção com famílias com crianças que se encontram em situação de perigo associada à dependência alcoólica dos pais.

Nas situações sinalizadas à Comissão, a violência doméstica está frequentemente associada a situações de dependência alcoólica quer do agressor, quer da vítima, no entanto, nem sempre ela ocorre sob a influência de bebidas alcoólicas. Verifica-se, também, que diversas situações de violência doméstica não têm qualquer relação com situações de alcoolismo. A exposição dos menores a modelos de comportamento desviante inclui as situações em que os menores estão expostos de forma directa ou indirecta a episódios de violência ou consumo de substâncias.

QUADRO 17  
Medidas de Promoção e Protecção Aplicadas

	VOLUME GLOBAL DE PROCESSOS
Apoio junto dos pais	35
Apoio junto de outro familiar	2
Confiança a pessoa idónea	0
Apoio para autonomia de vida	0
Acolhimento familiar	0
Acolhimento institucional	2
<b>Total</b>	<b>39</b>

Fonte: CPCJ de Ponte da Barca

As situações de comportamento desviante nos jovens referem-se, maioritariamente à falta de regras e a estilos de parentalidade ora demasiado autoritários ora demasiado permissivos.

A CPCJ de Ponte da Barca promoveu, em 2008, com o apoio da autarquia o programa “Famílias em Missão”, desenvolvido pelo CAFAP de Viana do Castelo, em parceria com a Universidade do Minho. Trata-se de um projecto de intervenção e investigação que pretende estudar em que medida alguns Programas destinados a famílias as ajudam a crescer mais felizes e a tornarem as suas crianças/jovens mais fortes. Os diferentes programas de intervenção familiar utilizados no “*Famílias em Missão*”, nomeadamente, “Em Busca do Tesouro das Famílias”, “Missão C”, e “Programa de Fortalecimento das Famílias” têm como objectivo prevenir que as crianças e os jovens, no futuro, tenham problemas ou usem e abusem de drogas.

Além de Programas como os mencionados anteriormente, sente-se a necessidade de respostas de colocação, resposta para acolhimento de mães e filhos em situação de emergência, pois são algumas as situações em que é necessário retirar crianças ou famílias do agregado e não existe infra-estrutura de acolhimento, acontecendo, algumas vezes, que o trabalho dos técnicos não se consegue realizar plenamente e as famílias não chegam a ter uma hipótese real de mudança.

## Sector de Saúde e Acção Social da Câmara Municipal

O Sector de Saúde e Acção Social da Câmara Municipal de Ponte da Barca, convicto de que só é possível alcançar um nível superior de desenvolvimento social do concelho e uma efectiva inclusão social, positiva e harmoniosa, da população com uma intervenção integrada, dirigida às várias frentes que podem influir sobre o bem-estar de indivíduos e das famílias, estrutura o seu trabalho em seis Eixos de Intervenção: Saúde, Infância e Juventude, Terceira Idade, Habitação, Intervenção Social e Promoção do Desenvolvimento Social.

### Eixo I - Saúde

- \* Contribuir para a melhoria a rede de cuidados de saúde do concelho;
- \* Aumentar o acesso da população a equipamentos técnicos na área da saúde;
- \* Promover a adopção de comportamentos saudáveis;
- \* Melhorar as condições de acessibilidade aos cuidados de saúde em situações de emergência.

### Eixo II - Habitação

- \* Promover a melhoria das condições habitacionais de famílias em situação de carência do concelho, através da requalificação das habitações.

### Eixo III – Infância e Juventude

- \* Contribuir para promoção dos direitos das crianças e dos jovens e proteger as crianças e jovens do concelho de Ponte da Barca;
- \* Promover a inclusão escolar das crianças e jovens do concelho;
- \* Facultar aos jovens o acesso a actividades de promoção do desenvolvimento saudável;
- \* Incentivar o associativismo juvenil.

### Eixo IV – Apoio à Terceira Idade

- \* Melhorar a qualidade de vida dos idosos do concelho, facilitando o acesso a bens e serviços;
- \* Proporcionar aos idosos a participação em actividades de convívio.

### Eixo V – Intervenção Social

- \* Promover a inclusão social através da intervenção em parceria com os diversos agentes no concelho de Ponte da Barca.

### Eixo VI – Desenvolvimento Social

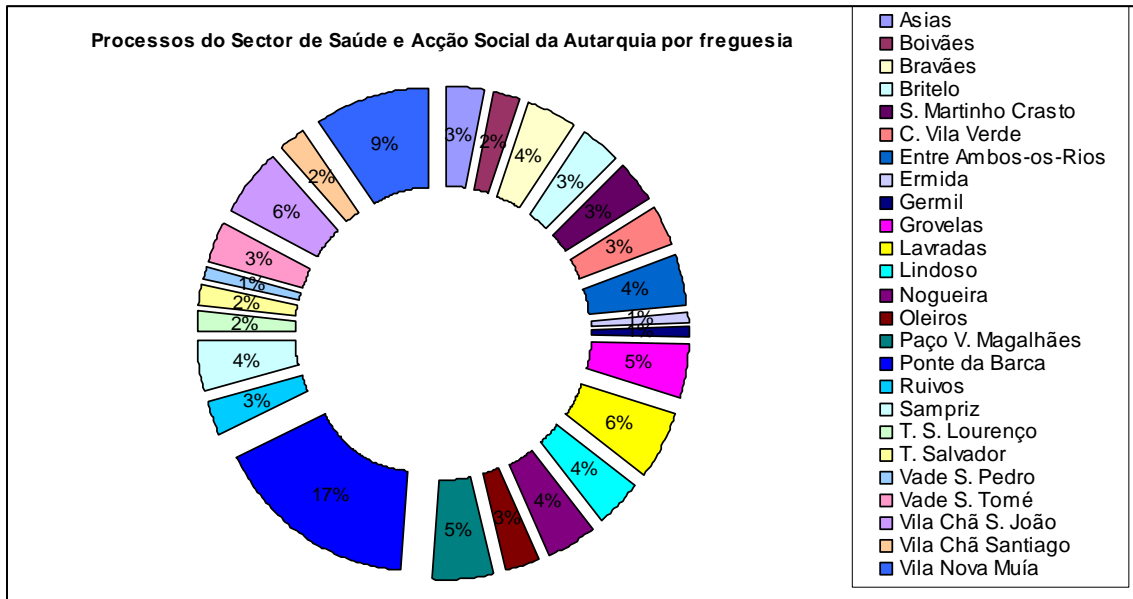
- \* Potenciar o conhecimento dos problemas sociais e potencialidades do concelho de Ponte da Barca, bem como a manutenção de uma estratégia de desenvolvimento social;
- \* Promover o alargamento da rede de equipamentos sociais no concelho.

Os eixos supra resultam da análise do tipo de utentes que se dirige ao SSAS da autarquia, da justificação para abertura do processo, do encaminhamento realizado e do trabalho feito com as famílias.

Para melhor se entender a razão destes eixos de intervenção, parece pertinente fazer uma breve apresentação de alguns dados relativos aos processos do Sector de Saúde e Acção Social, registados entre 2006 e Junho de 2009.



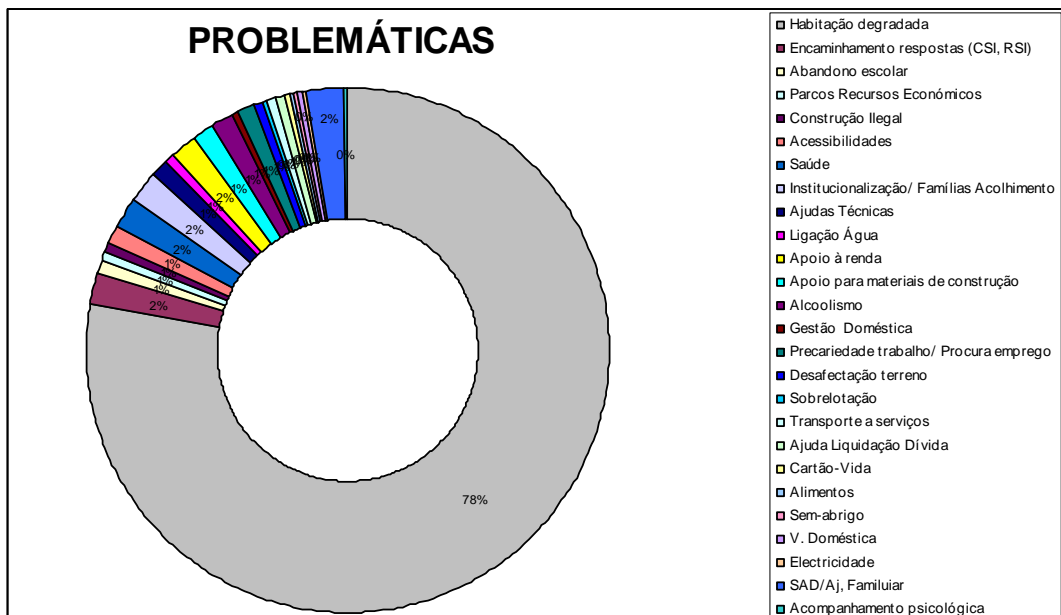
GRÁFICO 6



Fonte: SSAS da Autarquia

É aberto um processo no Sector de Saúde e Acção Social da autarquia sempre que o utente se dirige ao mesmo pela primeira vez com qualquer tipo de solicitação. Fica, portanto, registado o motivo de abertura do processo, que se considera como a problemática que deu origem à abertura do mesmo, traduzindo-se no gráfico seguinte.

GRÁFICO 7



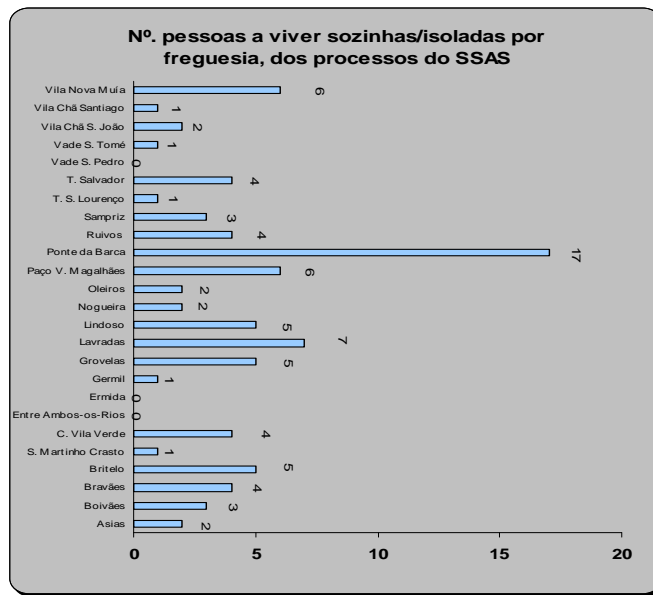
Fonte: SSAS da Autarquia

Facilmente se percebe que a maioria das solicitações se prende com questões habitacionais (78%). Associadas a estas problemáticas encontramos problemas diversos, nomeadamente de dificuldades económicas, alcoolismo, violência doméstica, abandono escolar, comportamentos desviantes,

problemas de mobilidade, deficiências (mentais, visuais e de audição), dificuldade na gestão doméstica/financeira e necessidade de mobiliário e equipamento técnico.

Consegue-se apurar, ainda, conforme o gráfico seguinte, o número de pessoas a viver sozinhas/isoladas, por freguesia, daquelas que têm processo aberto no Sector de Saúde e Acção Social.

GRÁFICO 8



Fonte: SSAS da Autarquia

Preconiza-se que o trabalho seja desenvolvido em parceria com as várias instituições concelhias que actuam nas áreas atrás identificadas, num esforço de complementaridade e diversificação que tem contribuído de forma significativa para o acréscimo do número e qualidade das intervenções realizadas.

O Sector de Saúde e Acção Social (SSAS) da Autarquia tem como objectivo assegurar infra-estruturas e serviços que promovam o bem-estar social da população, procurando responder às suas necessidades de uma forma diversificada e articulada com outras instituições. Promover o desenvolvimento social da comunidade, privilegiando a abordagem global das necessidades sociais, da actuação integrada e da participação da população.

Em jeito de conclusão do capítulo supra, passamos a elencar os problemas, em forma de resumo nos quadros seguintes, ao nível das respostas sociais e equipamentos que ainda são insuficientes para cobrir as reais necessidades do concelho, bem como as causas, consequências e algumas estratégias de intervenção.

Problemática: Respostas Sociais		
Problema: Insuficiência das Respostas Sociais aos Idosos		
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIAS/DICAS DE INTERVENÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Ausência retaguarda familiar;</li> <li>↳ Considerável número de pessoas com deficiência;</li> <li>↳ Inexistência no concelho de serviços de acompanhamento no domicílio durante a noite, para os idosos que residem sozinhos e isolados;</li> <li>↳ Rede de transportes públicos pouca densa o que impede o fácil acesso aos serviços de saúde;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Pessoas em situação de isolamento;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Construção do Centro de Dia de Cuide de Vila Verde;</li> <li>↳ Remodelação do Lar Condes da Folgosa;</li> <li>↳ Construção de 2 novos lares;</li> <li>↳ Aumento das Famílias de Acolhimento de idosos/dependentes;</li> <li>↳ Alargamento do horário de SAD;</li> </ul>

Apesar de não existir, na maioria das freguesias, uma instituição de âmbito social que dá apoio às necessidades dos idosos (Centros de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário), as que estão instaladas no concelho esforçam-se por fazer a cobertura, geográfica, de todo o território. No entanto, suscita-nos particular preocupação a insuficiência de apoio prestado a doentes acamados, directamente relacionada com a insuficiência da resposta, no concelho, de instituições sociais que prestam um serviço adequado a este tipo de problemáticas, uma vez que só a Santa Casa da Misericórdia dispõe da valência.

O Lar de Idosos Dependentes é uma resposta resultante de um Acordo de Cooperação Atípico realizado entre a Santa Casa da Misericórdia e o Centro Regional de Segurança Social, sendo a única resposta, no distrito de Viana do Castelo, para idosos dependentes. O apoio prestado consiste em:

- Alojamento colectivo (temporário ou permanente);
- Fornecimento de alimentação;
- Prestação de Cuidados de Saúde com serviço de Enfermagem permanente, higiene e conforto de forma a permitir uma melhoria na qualidade de vida dos utentes.

Promove-se também o convívio e animação social através da realização de actividades no âmbito da motricidade.

Problemática: Respostas Sociais		
Problema: Insuficiência das respostas sociais na área da infância		
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIAS/DICAS DE INTERVENÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Integração da mulher no mercado de trabalho;</li> <li>↳ Ausência de retaguarda da família alargada;</li> <li>↳ Desvalorização das redes de vizinhança;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Diminuição da taxa de natalidade;</li> <li>↳ Aumento de respostas paralelas ao sistema social formal, sem formação e supervisão;</li> <li>↳ Negligência Parental;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Reforço das respostas sociais para a infância, juventude e grupos de risco;</li> <li>↳ Acções de formação na área parental e grupos de risco;</li> <li>↳ Construção da Creche em Oleiros;</li> </ul>

A pertinência deste assunto deve-se, sobretudo, a alterações significativas das formas e dos ritmos de vida sentidos nos últimos anos que impõem que, cada vez mais, haja a necessidade de organização social estruturada e em especial nas temáticas que dizem respeito ao acompanhamento das crianças e idosos.

## PROBLEMÁTICA 2 - Educação/Formação

A Educação deve ser pensada como um direito de todos, independentemente da idade e da condição social. Deve ser dada a oportunidade aos indivíduos de se dotarem, através da aprendizagem e da aquisição de novas atitudes e competências, de instrumentos necessários ao seu desenvolvimento pessoal, permitindo-lhes igualmente a participação activa no mundo a que pertencem. Neste contexto, o processo educativo deverá, por um lado, ser democratizado no sentido da igualdade e, por outro, deverá ser solidificado e modernizado no que concerne às infra-estruturas educativas.

Apesar da tendência para envelhecimento das populações e esvaziamento rural, o que tem justificado o encerramento de muitas Escolas por todo o país, o concelho é servido pelos seguintes estabelecimentos de ensino: Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca (inclui todos os Jardins-de-Infância e Escolas dos 1.º, 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário)<sup>10</sup> e Escola Profissional do Alto Lima (EPRALIMA).

### Agrupamento Vertical de Escolas de Ponte da Barca

Com base na caracterização do meio geográfico, social, humano e cultural da comunidade local e do Agrupamento, assim como ancorados na experiência e historial dos sucessivos anos de acção educativa das diversas escolas do concelho, é possível elencar um conjunto de dados ou constatações que se apresentam como elementos condicionadores das aprendizagens e conseqüentemente do sucesso educativo. O seu conhecimento permitirá não só formular objectivos que tomem em consideração essas dificuldades, mas sobretudo seleccionar os programas e as estratégias para as ultrapassar. Assim, de acordo com as prioridades enunciadas no Projecto Educativo do Agrupamento, apresentam-se, de seguida, os principais constrangimentos para o sucesso educativo dos alunos, bem como os objectivos a prosseguir e as estratégias a adoptar.

### Diagnóstico dos principais constrangimentos na acção educativa

#### Decorrentes dos contextos familiar e institucional:

- nível sócio-económico e de escolaridade da generalidade dos agregados familiares abaixo das médias nacionais;
- acompanhamento ainda insuficiente pelos pais e encarregados de educação da vida escolar dos seus educandos;
- subvalorização da escola/educação por parte dos pais e alunos, geradora de baixas expectativas;
- hábitos alimentares pouco equilibrados e sua relação com as aprendizagens, com o sucesso, com a saúde e os comportamentos;

<sup>10</sup> Listagens em anexo III  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

- dispersão e despovoamento dos aglomerados rurais e o conseqüente isolamento de certos jardins-de-infância e escolas do 1.º Ciclo mais afastadas da sede do concelho;
- escolas do 1.º Ciclo com turmas que englobam vários anos e níveis de escolaridade;
- insuficiência de recursos logísticos, designadamente equipamentos, material didáctico, meios audiovisuais e informáticos, sobretudo ao nível da educação pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- necessidade de diversificar e ampliar as diversas modalidades de apoios e complementos educativos;

#### **Decorrentes de situações inerentes aos alunos:**

- dificuldades ao nível das competências do domínio da Língua Portuguesa;
- baixos níveis de literacia e numeracia/Matemática;
- hábitos e métodos de estudo insuficientes/desajustados;
- condições e ambiente de trabalho escolar em casa nem sempre favoráveis ao estudo;
- distâncias a percorrer pelos alunos e duração dos transportes escolares;
- índice elevado de alunos com dificuldades de aprendizagem;
- dificuldade de identificação com os valores veiculados pela escola;
- manifestações de agressividade, indisciplina, e alguns problemas de relacionamento interpessoal e afectivo;
- constrangimentos e preconceitos ao nível de desenvolvimento afectivo/educação sexual;
- valorização insuficiente dos problemas ambientais/qualidade de vida;
- hábitos alimentares pouco equilibrados.

Considerando os constrangimentos e necessidades diagnosticados, a escola está consciente de que muitos problemas são de natureza mais exógena do que endógena, requerendo por isso mesmo uma intervenção muito mais abrangente do que aquela que cabe no âmbito do Projecto Educativo de uma escola. A falta de hábitos de trabalho, o insucesso e o conseqüente abandono e as inter-relações complexas que esta trilogia estabelece entre si constituem as faces visíveis de problemas exógenos de natureza sócio-económica e cultural, que a escola só por si não pode alterar. Mesmo assim, o Projecto Educativo, enquanto documento que consagra a orientação educativa da escola, procura fixar prioridades ao nível dos objectivos a alcançar, bem como estabelecer as estratégias que visem, no plano interno, encontrar as respostas para esses e outros problemas, vencendo as suas fragilidades. Poderão ganhar relevo, neste domínio, estratégias como o aprofundamento das práticas de autonomia da escola, o estabelecimento de parcerias com instituições especializadas, o trabalho cooperativo com os serviços e os representantes da comunidade local, entre outras.

#### **Dimensão curricular**

- Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória;
- Promover o sucesso educativo dos alunos, tendo em vista a sua formação integral;

- Desenvolver práticas integradas entre o saber e o saber-fazer, valorizando de forma igualmente equilibrada todas as áreas do conhecimento;
- Garantir a qualidade formativa, quer em termos de prosseguimento de estudos, quer na perspectiva da integração na vida activa;
- Reduzir o abandono escolar e a saída precoce da escola;
- Elevar os índices do sucesso escolar;
- Desenvolver competências ao nível da Língua Portuguesa e da Matemática em toda a sua transversalidade;
- Promover o livro e leitura:
- Educar para a inclusão, através de medidas que diluam as assimetrias económicas e sociais, bem como as dificuldades específicas de aprendizagem;
- Educar para a autonomia e para o espírito crítico, suscitando nos alunos a apropriação de metodologias e técnicas de trabalho;
- Assumir a escola como um espaço onde o trabalho e o estudo sejam exigentes e, ao mesmo tempo, onde se premeie o esforço e proporcione a fruição estética da cultura e das artes.

#### Dimensão psicossocial e comunitária

- Promover e incrementar a participação de toda a comunidade numa educação para os valores, cidadania e participação democrática;
- Promover a valorização da escola enquanto principal instrumento dinamizador da “Educação” nos seus diferentes domínios;
- Educar para a saúde (alimentação, práticas de vida saudável, relacionamento com os outros, afectos/sexualidade...), contrariando deste modo comportamentos de risco;
- Educar para o cumprimento de regras, desenvolvendo os valores da responsabilidade e da autoridade;
- Comprometer os encarregados de educação no processo educativo;
- Aumentar e promover a cooperação e a articulação entre as diferentes instituições formativas do concelho de Ponte da Barca e outros concelhos vizinhos;
- Estabelecer parcerias e protocolos com instituições e empresas da região.

#### Dimensão ecológica

Fomentar o envolvimento das comunidades escolar e educativa no desenvolvimento de atitudes concertadas de defesa do meio ambiente, nomeadamente:

- conservação e embelezamento das diversas instalações escolares;
- preservação dos espaços interiores, mobiliário, equipamentos, materiais escolares; respeito pelos espaços verdes e ajardinados;
- separação de lixos de forma selectiva;
- consumo racional de água, de energia eléctrica...
- reciclagem de materiais.

**De âmbito pedagógico**

- Reforço da qualidade e exigência do processo de ensino-aprendizagem;
- Monitorização do insucesso e abandono escolares;
- Monitorização da integração no mundo do trabalho dos alunos dos cursos vocacionados para a vida activa;
- Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projectos curriculares;
- Realização de actividades, conferências, colóquios e debates sobre temas de interesse da comunidade escolar e educativa;
- Investimento no apoio educativo, relativamente aos alunos com necessidades educativas especiais e acentuadas dificuldades de aprendizagem;
- Ocupação e valorização dos tempos livres dos alunos, através de projectos e actividades de complemento curricular.

**De âmbito relacional**

- Incremento das relações com instituições da comunidade exterior à escola, como infantários, lares de terceira idade, centros de dia e Centro de Saúde, entre outras;
- Desenvolvimento de iniciativas que promovam as relações interpessoais e com instituições da comunidade local;
- Dinamização e/ou participação em festas e celebração de efemérides.

**De âmbito institucional**

- Comprometimento das Associações de Pais e de Estudantes com as dinâmicas e as actividades da escola, mas também com as suas problemáticas;
- Valorização de um Serviço de Psicologia e Orientação, possibilitando uma efectiva adequação das respostas educativas às necessidades dos alunos;
- Desenvolvimento de parceria com o Centro de Saúde, no sentido de aumentar a sua presença nas escolas, com o objectivo de proporcionar aos alunos a abordagem de temáticas relacionadas com cuidados primários, educação sócio-afectiva e sexual, drogas (com destaque para o alcoolismo);
- Desenvolvimento de parceria com a Escola Profissional, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Português da Juventude e Câmara Municipal, tendo em vista um projecto de qualificação e formação profissional que contribua para a inserção no mercado de trabalho, para o aumento dos níveis de escolaridade e para a orientação escolar e profissional dos alunos;



- Desenvolvimento de parceria com o ICNB/PNPG, com o objectivo de proporcionar aos alunos a abordagem de temáticas relacionadas com a conservação da natureza e com a biodiversidade;
- Desenvolvimento de parcerias com empresas/serviços locais de forma a garantir estágios/experiências de trabalho de qualidade aos alunos dos cursos vocacionados para o ingresso na vida activa e a sua empregabilidade;
- Promoção da defesa e conservação do património local, através de acções conjuntas com organismos afins.

## Resultados escolares de 2007/2008

Da análise dos dados estatísticos resultantes da avaliação interna final do ano lectivo 2007/2008, salienta-se que a percentagem de insucesso do 1.º Ciclo foi superior à do 2.º. A taxa de insucesso aumenta significativamente no 3.º Ciclo, ultrapassando os 15%. O ensino secundário é o nível que apresenta a mais elevada taxa de insucesso, cifrando-se a mesma em 19.6%.

**QUADRO 18**  
Sucesso e insucesso escolar 2007/2008

	Sucesso N/ %	Insucesso N/ %	TOTAL N/ %
1ºCiclo	509 / 95,9	22 / 4,1	531 / 100
2º Ciclo	267 / 98,2	5 / 1,8	272 / 100
3º Ciclo	337 / 84,7	61 / 15,3	398 / 100
Secundário	151/ 80,4	37 / 19,6	188 / 100

Fonte: Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca

No quadro seguinte apresentam-se os números relativos a retenções, absentismo e abandono escolar.

O abandono é inexpressivo, uma vez que se registaram apenas dois casos na totalidade da comunidade escolar ao nível do ensino básico.

## QUADRO 19

## Reprovações, absentismo e abandono escolar 2007/2008

ESCOLA 2º E 3º CICLO					SECUNDÁRIO				TOTAL DE ALUNOS
ANO	APROVADOS	RETIDOS 1 VEZ	RETIDOS +DE 1 VEZ	ABSENTISMO ABANDONO ESCOLAR	APROVADOS	RETIDOS 1 VEZ	RETIDOS + DE 1 VEZ	ABSENTISMO ABANDONO ESCOLAR	
5º	130	4		2					134
6º	137	1							138
7º	111	35							146
8º	112	17							129
9º	114	9							123
10º					50	7			57
11º					61	10			71
12º					41	20			61
<b>TOTAL</b>	<b>604</b>	<b>66</b>			<b>152</b>	<b>37</b>			<b>859</b>

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Ponte da Barca

O maior número de retenções, de acordo com o Quadro, verificou-se no 7.º ano de escolaridade. A transição de ciclo apresenta-se como uma causa possível para a explicação destes resultados. Nesta transição jogam-se factores múltiplos, desde o desenvolvimento psico-social, a carga horária do currículo acrescida, a adaptação a novas exigências de trabalho e de empenho no estudo, entre outros. Relativamente ao 12.º ano., os números de aprovados e retidos são resultantes da avaliação interna e da avaliação externa (exames nacionais).

Oferta formativa da Escola<sup>11</sup>

O Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca contempla educação desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário. No ano lectivo 2008/2009 ofereceu ao nível do ensino básico, para além do percurso geral, os seguintes Cursos de Educação e Formação (CEF):

- Operador de Informática, Tipo 2, Nível II;
- Pintor/Decorador Cerâmico, Tipo 2, Nível II;
- Empregado Comercial, Tipo 2, Nível II;
- Operador de Informática, Tipo 3, Nível II;
- Electricista de Instalações, Tipo 2, Nível II.

Neste nível de ensino e visando reduzir o absentismo/abandono escolar, mantém-se em funcionamento uma turma do Plano Integrado de Educação e Formação (PIEF).

<sup>11</sup> Em anexo IV segue tabela da Oferta Formativa dos anos lectivos 2006/2007 e 2007/2008 e 2009/2010.  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

No ensino secundário, a rede escolar inclui os Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Ciências Socioeconómicas. Ao nível dos Cursos Profissionais, estiveram em funcionamento as seguintes ofertas:

- Técnico de Audiovisuais
- Técnico de Multimédia
- Animador Sócio - Cultural
- Técnico de Recepção
- Higiene e Segurança no Trabalho

Numa perspectiva de promoção da educação ao longo da vida, estão em funcionamento duas turmas de Educação e Formação de Adultos (Curso EFA – Nível Secundário)<sup>12</sup>.

### Escola Profissional do Alto Lima (EPRALIMA)

A **EPRALIMA** possui cursos de áreas diversificadas, criando oportunidades de escolha em termos de formação profissional para os jovens, ao nível da gestão de expectativas de vida e autonomia pessoal, acabando por integrar situações de risco de abandono precoce dos estudos. Os planos curriculares são mais dirigidos à vida activa e procuram promover a autonomia pessoal e social dos seus alunos. Tendo em vista proporcionar as melhores condições de formação e de acordo com as necessidades técnicas de cada curso, a EPRALIMA ministra na sede, em Arcos de Valdevez, cursos da área da hotelaria/restauração, enquanto que a área da electricidade/electrónica é leccionada na delegação, em Ponte da Barca. Na leccionação dos planos curriculares são desenvolvidas competências de modo a facilitarem a integração dos alunos na vida activa, promovendo a sua autonomia pessoal e social.

QUADRO 20

#### Número de Alunos da EPRALIMA 2008/2009

Cursos 2008/2009	Nível	Ano	Total de alunos
Pasteleiro/Padeiro	II	1º	13
Agente de acção educativa	II	1º	6
Empregado de mesa	II	2º	12
T. de Instalações Eléctricas	III	3º	9
Animador Sociocultural	III	2º	17
T. de Energias Renováveis	III	2º	21
T. de Gestão de Equipamentos Informáticos	III	2º	13
T. de Apoio à Infância	III	1º	21
T. de Electrónica, Automação e Comando	III	1º	18
<b>TOTAL</b>			<b>130</b>

Fonte: EPRALIMA - Novembro 2008

No ano lectivo 2008/2009 funcionam os cursos de nível III de T. Electrónica, Automação e Comando (10.º ano), T. Apoio à Infância (10.º ano), Animador Sociocultural (11.º ano), T. de Energias Renováveis

<sup>12</sup> <http://espontedabarca-m.ccems.pt/>  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

(11.º ano), T. de Gestão de Equipamentos Informáticos (11.º ano) e T. de Instalações Eléctricas (12.º ano). No nível II a oferta está distribuída pelos cursos de Electricista de Instalações (8.º ano), Agente de Acção Educativa (8.º ano) e Empregado de Mesa (9.º ano).

A EPRALIMA decide que cursos renovar através das necessidades de formação, sendo que estas são identificadas através de inquéritos efectuados ao tecido empresarial (Ponte da Barca e Arcos de Valdevez) e através da solicitação do mercado de trabalho, constatada quando se integram alunos em estágio – altura em que se percebe se existe procura ou não de determinado curso.

Conta, também, com o **Centro de Novas Oportunidades (CNO)**, ao nível da certificação do ensino básico e secundário. Desde 2007 até 9/7/09, o Centro Novas Oportunidades da EPRALIMA certificou 474 adultos nos níveis B1, B2 e B3 respectivamente 4, 6 e 9.º ano de escolaridade e no nível secundário 162 adultos, na sua larga maioria dos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima, encontrando-se neste momento novos grupos em processo nos três concelhos dos quais, 222 no nível básico e 337 no secundário (dados fornecidos pelo CNO a 9/07/09). O CNO promove também acções de curta duração que se destinam a toda a população que pretenda desenvolver ou aperfeiçoar competências em áreas específicas, independentemente da habilitação escolar que possuam.

Em jeito de conclusão do capítulo supra, passamos a elencar os problemas ao nível da educação, em forma de resumo nos quadros seguintes, bem como as causas, conseqüências e algumas estratégias de intervenção.

Problemática: Educação/Formação		
Problema: Absentismo/Insucesso Escolar		
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIAS/DICAS DE INTERVENÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Subvalorização da escola / educação por parte de alguns pais;</li> <li>↳ Ausências de perspectivas futuras;</li> <li>↳ Baixa escolarização e cultura da generalidade dos pais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Fraco nível educacional e cultural;</li> <li>↳ Pouca mão-de-obra qualificada;</li> <li>↳ Emprego Precário;</li> <li>↳ Trabalho infantil;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Estudo sobre as perspectivas e percursos dos jovens que abandonaram, precocemente, a escola;</li> <li>↳ Monitorização do insucesso e absentismo escolares;</li> <li>↳ Desenvolvimento de parcerias com instituições, tendo em vista a elaboração de projectos de qualificação e formação profissional;</li> <li>↳ Desenvolvimento de alternativas ocupacionais e de promoção de competências pessoais e sociais, dirigidas aos jovens;</li> </ul>

As questões do Abandono/Absentismo e Insucesso Escolar não podem ser vistas de forma isolada. Estes factores encadeiam-se entre si, culminando, o absentismo, a maior parte das vezes, em situações de abandono precoce da escola. Quando não chega ao abandono, o sucesso escolar fica seriamente comprometido.

As questões culturais podem também contribuir para que a integração na comunidade escolar não resulte como seria desejado. A crescente existência de famílias monoparentais, associadas a fracos recursos económicos, constituem um meio onde as crianças ficam entregues a si próprias durante muitas horas do dia, tornando-se, assim, “mais atractivas” a sua integração em grupos.

Problemática: Educação/Formação		
Problema: Desresponsabilização dos Pais / Encarregados de Educação;		
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIAS/DICAS DE INTERVENÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Subvalorização da escola / educação;</li> <li>↳ Nível sócio-económico e de escolaridade da generalidade das famílias;</li> <li>↳ Dificuldade de identificação com os valores veiculados pela escola;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Acompanhamento insuficiente da vida escolar dos educandos;</li> <li>↳ Dificuldade de identificação com os valores veiculados pela escola.</li> <li>↳ Comportamentos desajustados;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Fomentar actividades que possibilitem a aproximação dos pais às escolas e instituições;</li> <li>↳ Promover uma maior intervenção parental;</li> <li>↳ Comprometimento das Associações de Pais e Encarregados de Educação com as dinâmicas da Escola;</li> </ul>

Os baixos níveis de escolaridade dos pais também se reflecte, muitas vezes, no percurso dos filhos, reproduzindo-os muitas vezes. Também, o fraco acompanhamento dispensado pelos pais no acompanhamento ao percurso escolar dos filhos, apresenta-se como um factor potenciador do insucesso escolar, verificando-se urgente a consciencialização dos pais para uma presença mais efectiva no processo educativo e escolar dos filhos.

As redes de vizinhança, que em tempos funcionavam como suporte a muitas famílias no acompanhamento dos filhos, está hoje longe de ser uma realidade, em especial nas zonas urbanas em que o tempo é pouco e os horários muito exigentes. Nesta problemática, a prevenção do risco justifica toda a preocupação e cuidado no seu tratamento. A satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens do concelho devem ser supridas, assim como prevista a sua protecção e a delineação de um projecto de vida. Deverá ser dado, por isso, ênfase à intervenção em contextos de vida que acarretem dificuldades acrescidas. É, portanto, essencial, um reforço a prestar pelas instituições onde as crianças estão inseridas, assumindo, assim, um papel acrescido de responsabilidade no processo educativo para os filhos e informativo para os pais.

Uma última dimensão de análise, mas não menos importante, é a educação/qualificação. De uma forma global, no que respeita aos níveis de ensino gerais da população, pode afirmar-se que subsiste

um baixo nível de educação/qualificação da população em idade activa, fraca motivação para a aprendizagem, bem como uma cultura familiar e social que não valoriza a Escola e a formação.<sup>13</sup>

Problemática: Educação/Formação		
Problema: Hábitos de vida pouco saudáveis		
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIAS/DICAS DE INTERVENÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Hábitos alimentares pouco equilibrados;</li> <li>↳ Comportamentos aditivos associados ao álcool, tabaco e outras substâncias psicoactivas ilícitas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Dificuldades de aprendizagem;</li> <li>↳ Problemas de relacionamento interpessoal e afectivo;</li> <li>↳ Comportamentos desajustados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Realização de conferências, colóquios e debates sobre comportamentos de risco;</li> <li>↳ Desenvolvimento de parcerias com o Centro de Saúde, promovendo a sua presença na escola;</li> <li>↳ Desenvolvimento de iniciativas que promovam as relações interpessoais.</li> </ul>

Apesar de não existirem estudos pormenorizados que revelem a dimensão do problema, a identificação desta problemática baseia-se na percepção dos profissionais com intervenção na área da infância e juventude.

É na adolescência que ocorre uma parte importante da reorganização do sentido de identidade, envolvendo os aspectos do desenvolvimento e estabelecimento de relações.

A influência da rede de suporte social (família, grupo de amigos e escola) dos adolescentes é decisiva na adopção de comportamentos de risco, nomeadamente ao nível do consumo de substâncias, envolvendo o uso de drogas, álcool e tabaco.

As razões para os comportamentos de risco são variadas e podem relacionar-se com receio de inadequação social, ou inadequação social real, necessidade de afirmar uma identidade e dinâmica de grupo, como a pressão dos pares.

O consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco aparecem, neste contexto, como forma de inserção social dos adolescentes ao nível dos seus grupos de pares / amigos. A sua participação e integração em grupos está, muitas vezes, dependente da adopção de comportamentos comuns, de rituais de iniciação, dos quais fazem por vezes parte os consumos destas substâncias.

## FORMAÇÃO DE ADULTOS – OUTRAS RESPOSTAS CONCELHIAS

QUADRO 21

ENTIDADE	CURSO	TIPO CURSO	Nº. ALUNOS	NÍVEL DE FORMAÇÃO	PÚBLICO-ALVO	ANO
Associação Social e Cultural da freguesia de Britelo	Geriatría/Agente em Geriatría	Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)	14	9º. ANO	Desempregados	2008
Centro Social de Entre Ambos-os-Rios	Apoia à Família e à Comunidade	EFA POEFDS	15	9º. ANO	Desempregados	2001
	Auxiliar de Acção Educativa	EFA POEFDS	14	9º. Ano	Desempregados	2003
	Jardinagem e Espaços Verdes	EFA POEFDS	14	9º. Ano	Desempregados	
	Assistente em Geriatría	EFA POEFDS	14	9º. Ano	Desempregados	2004
	Operador Florestal	EFA POEFDS	14	4º. Ano	Desempregados	2005
	Técnicos de Acção Educativa	EFA POPH	14	12º. Ano	Beneficiárias do RSI	2008
Centro Paroquial e Social de Lavradas	Apoio Familiar e à Comunidade	EFA POPH	14	9º. Ano	Desempregados	2008
IEFP <sup>14</sup>	Empregado de Mesa	EFA		9º. Ano	Desempregados à procura de novo emprego	2007
	Operador Florestal				Desempregados à procura de novo emprego	
	Operador Agrícola/Horticultura, Fruticultura Biológicas				Desempregados à procura de novo emprego	
	Jardineiro				Desempregados de longa duração	
	Agente em Geriatría			9º. Ano	2008	
	Jardineiro			4º. Ano		
	Operador Agrícola/Horticultura, Fruticultura			4º. Ano		

Os cursos supra mencionados visam proporcionar a obtenção da escolaridade ou progressão escolar associada a uma formação profissional que facilite o acesso a desempenhos profissionais mais qualificados e potencie mais e melhores perspectivas de aprendizagem ao longo da vida.

Uma outra necessidade que se apresentava como prioritária, era a formação dos funcionários das instituições locais, necessidade essa que tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos de aplicação do Plano de Acção da Rede Social, através das diversas acções de formação e sensibilização que têm sido feitas para a população supra mencionada em área identificadas como urgentes pelas IPSS's locais, nomeadamente ao nível da Higiene Alimentar, Primeiros Socorros e Higiene da Pessoa Idosa no Domicílio<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Cursos a funcionar em Ponte da Barca ou Arcos de Valdevez

<sup>15</sup> Em anexo V, Formação Modular da ACIAB

### PROBLEMÁTICA 3 - Emprego/Desemprego/Empreendedorismo

Vivemos numa sociedade em que o trabalho se assume como um bem e um valor central. A centralidade do trabalho emana da sua função como factor de produção e de acesso aos padrões de consumo e aos estilos de vida normais na sociedade, como espaço de valorização pessoal e de socialização. Neste contexto, ter um emprego (por conta própria ou por conta de outrem) aparece-nos como um dos principais mecanismos de integração social. Em contrapartida, estar desempregado pode provocar situações de forte vulnerabilidade económica e social na medida em que o desempregado para além de estar privado da fonte normal de rendimento entra em isolamento rompendo com um dos mais fortes elos de ligação à sociedade.

Na área do **EMPREGO**, um dos primeiros recursos a considerar é o tecido empresarial do concelho. Uma análise dinâmica da dimensão das empresas, das actividades dominantes e dos trabalhadores empregados, permite-nos melhor conhecer a capacidade empregadora e o potencial de criação de emprego existente no concelho.

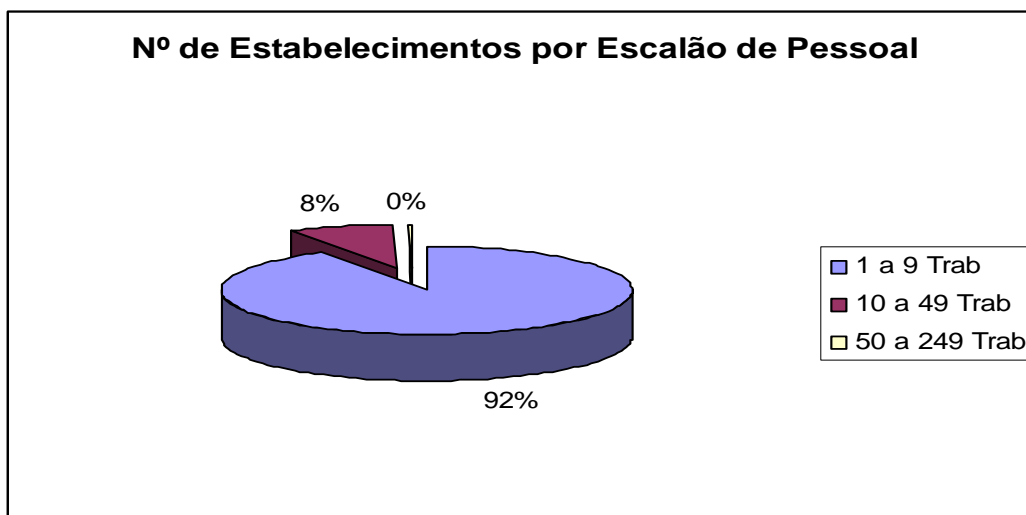
No sentido de melhor conhecer o tecido empresarial foram utilizados os dados dos mapas de quadros de pessoal do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (MTSS) reportados a 1996, 2005 e 2006.

O primeiro facto marcante que resulta da comparação dos dados é o de que entre 1996 e 2005/6 houve um acréscimo substancial do número de empresas (+174%) (quadro em anexo VI). Em contrapartida o nº de trabalhadores empregados por conta de outrem diminuiu cerca de 10% no período em análise (vide quadro em anexo VII) o que ficou, sem dúvida, a dever-se à finalização dos trabalhos na barragem do Alto Lindoso e ao conseqüente despedimento não só dos trabalhadores aí ocupados mas também de outras actividades económicas conexas. Este facto é visível no quadro do Anexo VII, onde se constata que em 10 anos o número de trabalhadores empregados na actividade “Electricidade Gás e Água” diminuiu 77%, passando de uma situação em que era a terceira maior empregadora – empregava 13% dos trabalhadores por conta de outrem do concelho – para uma situação que se pode considerar diminuta (3,5%). Para além desta actividade, merecem ainda destaque as perdas que sofreram a construção (-46,5%) e a indústria transformadora (-25,2%).

Uma análise mais detalhada permite-nos verificar que as actividades que, em 2006, concentravam o maior número de empresas e de trabalhadores eram o comércio por grosso e a retalho e a construção. De relevar que muito embora o comércio por grosso e a retalho e a agricultura detenham o maior número de empresas (22% e 21% das empresas em 2006 respectivamente) é na construção que se concentra o maior número de trabalhadores (28% dos trabalhadores em 2006) o que indica a reduzida dimensão das empresas naquelas actividades. A reduzida dimensão das empresas, medida pelo número de trabalhadores que empregam, é aliás uma característica marcante do tecido empresarial do concelho de Ponte da Barca. Com efeito 91% das empresas do concelho são micro (menos de 10 trabalhadores) o que situa o concelho bastante acima da média Nacional.



Gráfico 9



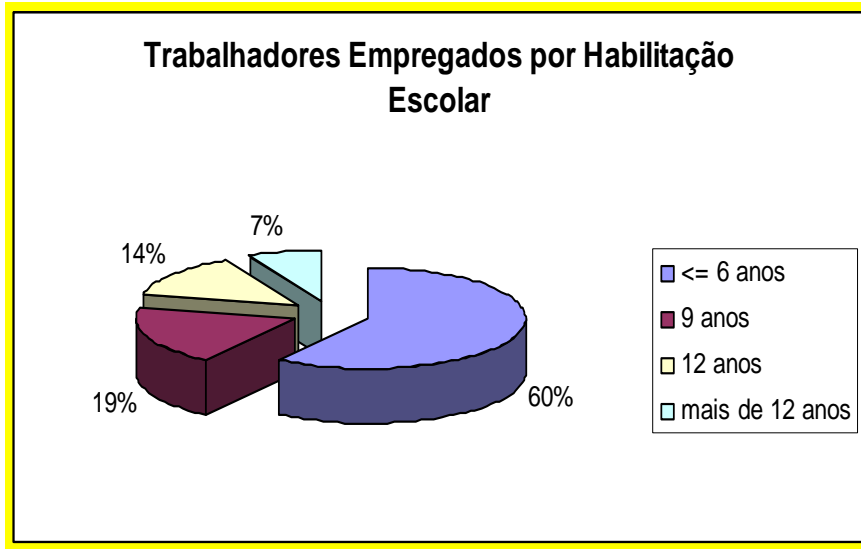
Fonte: MTSS - Mapas de Quadro de Pessoal 2006

De 1996 para 2006 ganharam importância, pelo número de trabalhadores que empregam, as actividades da Saúde e Acção Social que detêm em 2005 um peso relativo considerável (7.5%) no total do emprego, o que resulta, em nossa opinião, de uma estratégia diversificação de medidas, de melhoria do acesso dos cidadãos aos serviços e de execução das políticas públicas de acção social em parceria com o sector privado o que permitiu abranger um maior número de cidadãos e contribuiu para a criação de emprego no sector. Ganharam ainda importância as actividades ligadas com o sector primário com 6,8% dos trabalhadores.

Em resumo, a análise comparativa dos anos de 1996 e 2006 mostra-nos, por um lado algumas das características do tecido empresarial que se mantêm inalteráveis: a reduzida dimensão das empresas; por outro lado, nota-se uma relativa densificação e terciarização do tecido empresarial, não obstante estarmos ainda face a um tecido empresarial pouco diversificado, que apresenta lacunas sobretudo nas actividades dos serviços especializados às empresas.

Para completar este breve análise do emprego no concelho, iremos caracterizar de forma breve os trabalhadores ao serviço das empresas. A leitura do gráfico (em anexo VIII) permite-nos constatar os baixos níveis de habilitações escolares da população empregada: 59% dos trabalhadores têm escolaridades iguais ou inferiores a 6 anos e apenas 6,2% dos trabalhadores detêm um grau de licenciatura. Podemos ainda constatar pela leitura do quadro que, entre 2005 e 2006, houve uma melhoria neste indicador e o acréscimo de 16% de trabalhadores empregados com grau de licenciatura; o período é no entanto demasiado curto para se poder falar de tendência.

Gráfico 10

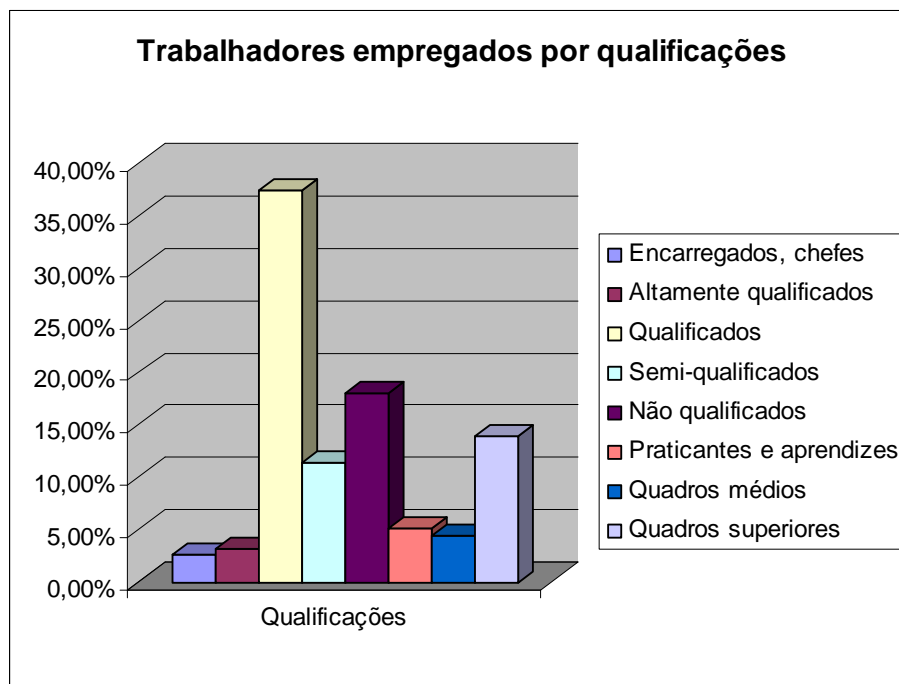


Fonte: MTSS - Mapas de Quadro de Pessoal 2006

As actividades com um peso significativo das habilitações escolares mais elevadas (secundário ou superior) no total das pessoas que empregam, são as actividades dos serviços.

No gráfico 11 podemos ler os níveis de qualificação da população empregada por conta de outrem. Esta leitura permite-nos verificar que, em 2006, cerca de 37% dos trabalhadores estavam classificados como profissionais qualificados e que apenas 18% eram considerados como profissionais não qualificados.

Gráfico 11



Fonte: MTSS - Mapas de Quadro de Pessoal 2006

A constatação que fazemos é a de que parece não haver correspondência entre os baixos níveis de habilitação escolar de uma grande parte dos trabalhadores e as qualificações profissionais. Este facto resulta de, tradicionalmente, as empresas qualificarem os seus trabalhadores no posto de trabalho para exercerem uma profissão dentro da empresa. Este modelo de formação para um posto de trabalho demonstra a sua fragilidade intrínseca sobretudo em épocas de mudança económica e social acelerada, como a que vivemos, porque torna mais difícil a reconversão dos trabalhadores e das empresas.

Em jeito de conclusões intermédias:

Um tecido empresarial atomizado e um universo de trabalhadores pouco escolarizados, com as características dos que foram sucintamente apresentados, torna-se difícil de mobilizar para um processo de mudança económica e social.

Do lado das empresas

Em primeiro lugar, porque a pequena dimensão das empresas tem como consequência a fraca capacidade empregadora o que, em última análise, limita a capacidade de fixação da população no concelho.

Em segundo lugar, porque estudos elaborados ao nível da União Europeia<sup>16</sup> têm demonstrado que as pequenas empresas têm uma fraca propensão para investir na formação dos seus recursos humanos por diversas razões das quais se citam apenas três:

1. As pequenas empresas têm na sua grande maioria estratégias de curto prazo, enquanto que a formação dos recursos humanos exige estratégias de médio e longo prazo;
2. Os empresários têm dificuldades em identificar as suas necessidades de formação;
3. O empresário tem medo de perder os trabalhadores formados para as empresas concorrentes.

Se tivermos em consideração que os trabalhadores com mais baixas qualificações escolares e profissionais são os que demonstram menor apetência para participar em acções de formação profissional e que a aprendizagem ao longo da vida é considerada como o principal mecanismo para garantir a adaptação das qualificações às necessidades da economia, ficamos com a medida dos desafios que o concelho terá de enfrentar face aos desafios colocados por uma economia e uma sociedade em mudança.

A análise do **DESEMPREGO** registado é importante por diversas razões:

Dá-nos uma medida da população activa não utilizada pela economia e que poderá estar disponível para trabalhar em novas actividades que se queiram instalar;

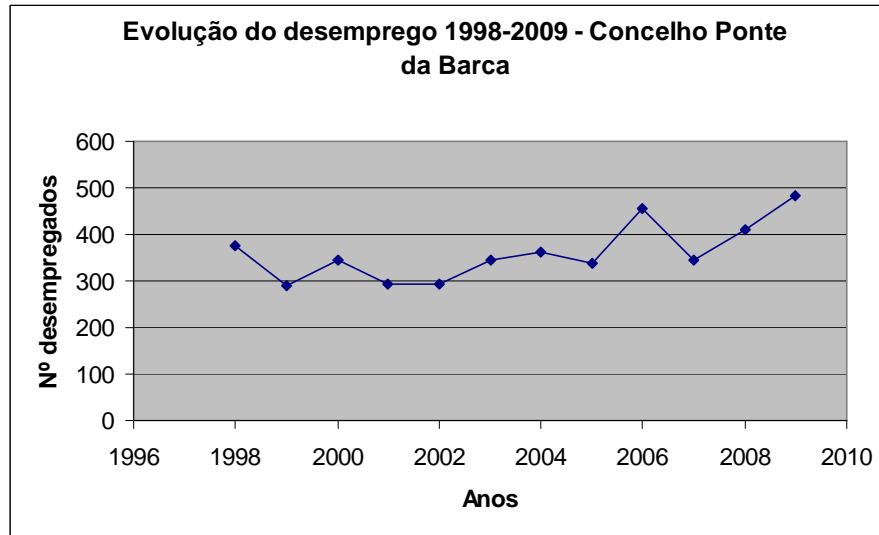
Dá-nos uma medida da desadequação entre as qualificações disponíveis e aquelas que são procuradas pela economia;

Dá-nos uma medida da vulnerabilidade económica e social da população.

<sup>16</sup> Achieving the Lisbon goal: the contribution of VET  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

Em Junho de 2009 existiam no Concelho de Ponte da Barca 484 desempregados inscritos no Centro de Emprego. Muito embora se tenha assistido, desde finais de 2008, a um acréscimo no número de desempregados inscritos, o concelho, com uma taxa de desemprego de 5.8% <sup>17</sup>, situa-se abaixo da média nacional. O gráfico seguinte mostra-nos a evolução do desemprego no concelho ao longo dos últimos 10 anos.

Gráfico 12

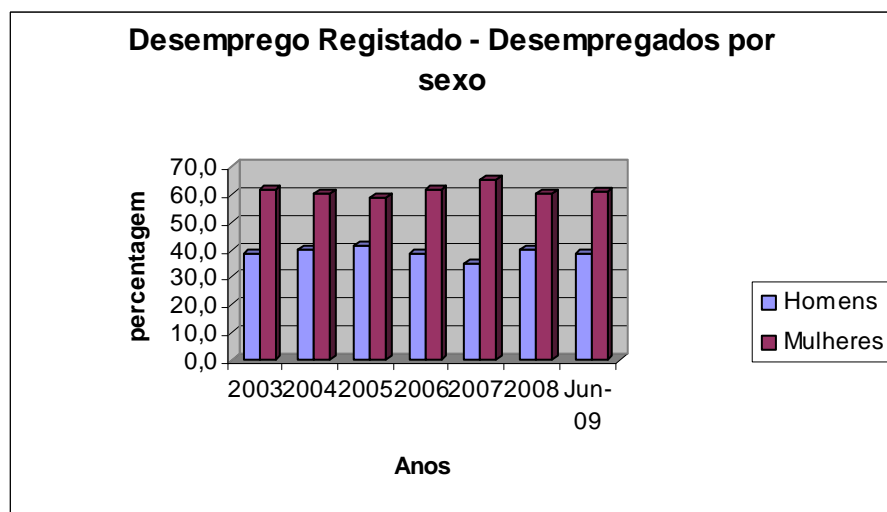


Fonte: IEFP – Estatísticas do desemprego

Considerando que a população desempregada representa um recurso não utilizado, importa conhecer a sua realidade para saber de que forma se pode valorizar tendo em vista a sua integração plena na economia e na sociedade.

Em traços genéricos podemos dizer que o desemprego no concelho, como aliás no país, se caracteriza por ser sobretudo feminino e por incidir mais sobre as populações com menores níveis de habilitações escolares.

Gráfico 13



Fonte: IEFP – Estatísticas do desemprego

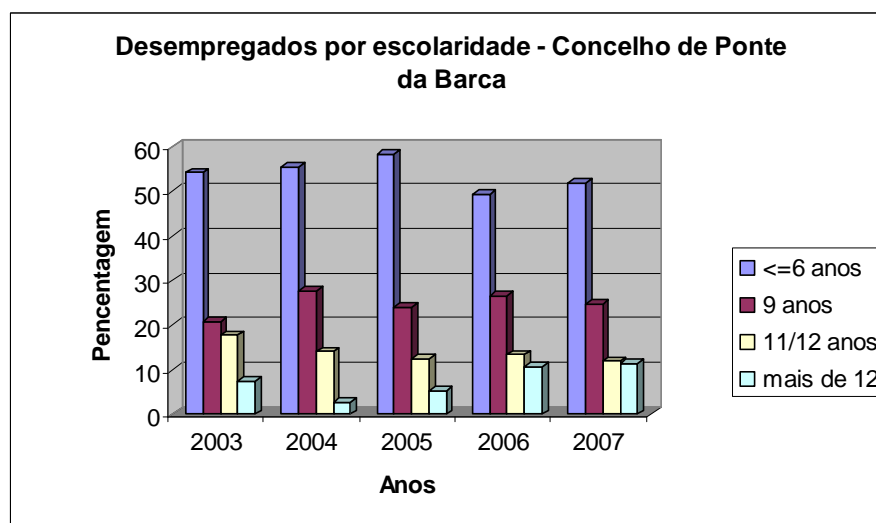
<sup>17</sup> Uma vez que o INE não efectua projecções da população activa por concelho, a taxa foi calculada com base na população activa dos Censos de 2001 – 8356 indivíduos REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

O gráfico mostra-nos que as mulheres representam cerca de 60% do total dos desempregados e que a feminização do desemprego tem sido uma constante ao longo dos anos o que demonstra claramente a maior vulnerabilidade da mulher ao desemprego.

Quanto às habilitações escolares dos desempregados, o gráfico seguinte mostra-nos que o grupo com escolaridade menor ou igual a 6 anos é claramente maioritário – 50% do total dos desempregados em Junho de 2009 – muito embora o seu peso relativo tenha diminuído nos últimos anos, resultado, sem dúvida, do esforço que tem vindo a ser desenvolvido no sentido da progressiva escolarização da população do concelho.

Em contrapartida, observamos um aumento do peso, no total do desemprego, dos desempregados com habilitações escolares mais elevadas.

Gráfico 14



Fonte: IEFP – Estatísticas do desemprego

As razões de tal facto são de diversa ordem: por um lado, parte do acréscimo que ficou a dever-se à possibilidade de os professores contratados requererem subsídio de desemprego no caso não obterem colocação numa escola; por outro lado, existe uma correspondência muito imperfeita entre as qualificações escolares que são oferecidas pelos trabalhadores e aquelas que são procuradas pelas empresas. Dito de outra forma o aumento das qualificações escolares dos trabalhadores não tem sido acompanhado, no mercado de trabalho, por uma procura equivalente por parte das empresas ou instituições quer porque as qualificações oferecidas não são as necessárias, quer porque o tecido empresarial não valoriza as qualificações mais elevadas.

Em qualquer dos casos, tal facto resulta num desperdício de recursos pessoais e sociais difícil de justificar.

### Notas finais

Da análise efectua sobre o emprego e desemprego no concelho de Ponte da Barca, decorrem algumas linhas de intervenção que passam pelos seguintes pontos:

- Qualificação dos recursos humanos de forma a dar resposta às necessidades das empresas. Nesse sentido seria necessário conhecer e divulgar, junto do sistema de educação e formação, as necessidades actuais e previsionais de trabalhadores e de qualificações do mercado de trabalho
- Incentivar o empreendedorismo e a criação de novas empresas através da divulgação, nos ciclos terminais nas escolas e nas acções de formação profissional, dos programas e incentivos destinados a apoiar os empreendedores.

Em jeito de conclusão do capítulo supra, à semelhança dos capítulos anteriores, passamos a elencar os problemas, em forma de resumo nos quadros seguintes, ao nível do emprego/desemprego, bem como as causas, consequências e algumas estratégias de intervenção.

Problemática: Empregabilidade		
Problema 1: Fraco tecido empresarial e económico		
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIAS/DICAS DE INTERVENÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Tecido empresarial fraco e pouco consolidado;</li> <li>↳ Falta de empreendedorismo;</li> <li>↳ Ausência de uma rede de transportes públicos com horários ajustados às exigências do mercado de trabalho;</li> <li>↳ Falta de mercado;</li> <li>↳ Fraco aproveitamento dos recursos endógenos;</li> <li>↳ Inexistência de estratégia de designação de pólos empresariais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Falta de Emprego;</li> <li>↳ Não criação de riqueza;</li> <li>↳ Êxodo rural;</li> <li>↳ Falta de receitas para o investimento público;</li> <li>↳ Emprego Precário;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Qualificação dos recursos humanos como factor de actividades diversificadas;</li> <li>↳ Incentivar o empreendedorismo e a criação de novas empresas de atracção de actividades diversificadas;</li> </ul>

## PROBLEMÁTICA 4 - Saúde e Estilos de Vida Saudáveis

O conhecimento pleno das necessidades e expectativas de todos os intervenientes no processo de produção de cuidados, incluindo o utente, os profissionais de saúde, as instituições de saúde e a comunidade, constitui um ponto fulcral para um bom planeamento e operacionalização das intervenções a aplicar.

É do conhecimento geral que, no domínio dos Cuidados de Saúde, as necessidades da população estão em plena mudança, tornando urgente a necessidade de adaptar os Serviços de Saúde às necessidades específicas dos utentes, colocando-se cada vez mais a tónica dos cuidados de saúde na promoção da saúde, na prevenção da doença e acidentes e nos cuidados de readaptação e suporte.

Identificados os problemas do concelho, agrupados posteriormente em cinco grandes áreas problemáticas, emerge, no domínio da saúde, a necessidade de se promover a prática dos **Estilos de Vida Saudáveis**.

É dado adquirido que os problemas de saúde individual e/ou grupo se cruzam com os estilos de vida, enraizados pelos fenómenos de sociabilização, tradições culturais, divulgação publicitária e pelos atractivos dos próprios locais de consumo.

No âmbito dos cuidados de saúde na comunidade, o Centro de Saúde de Ponte da Barca, através das suas equipas de saúde, incide a sua intervenção apostando em práticas assistenciais e promotoras, quer dentro da Instituição, quer fora dela, de acordo com os programas instituídos a nível nacional.

Os dados que se apresentam seguidamente foram proporcionados pelos interlocutores dos programas e resultam das intervenções das equipas de saúde junto dos seus utentes/ família.

### Morbilidade

Os resultados dos Diabéticos do Concelho foram obtidos através do Programa de Diabetes Mellitus que tem como finalidade, entre outras, a monitorização e a avaliação da qualidade cuidados de saúde prestados ao Diabético através do registo DIABCARE.

Foram identificados no Centro de Saúde de Ponte da Barca, como se pode verificar pelo quadro seguinte, um total de 659 doentes diabéticos, cerca de 5,1% da população, dos quais 3/659 (0,46%) são do tipo 1, 53/659 (8,04%) são do tipo 2 insulino-tratados, e 603/659 (91,5%) são do tipo 2 não insulino-tratados. O grupo etário mais afectado é o dos 56 aos 75 anos.

Quadro 22  
Doentes Diabéticos em 2007 em Ponte da Barca

GRUPO ETÁRIO	Tipo 1		Tipo 2 INSULINO-TRATADOS		Tipo 2		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
< 15 anos							
16 a 35 anos					3	1	4
36 a 55 anos	2	1	5	1	95	39	143
56 aos 75 anos			11	23	139	187	360
≥ 75 anos			5	8	46	93	152
<b>TOTAL I</b>	2	1	21	32	283	320	<b>659</b>
<b>TOTAL</b>	3		53		603		

Fonte: Equipa Coordenadora da Diabetes

Em 2008, com base no registo dos médicos do Centro de Saúde de Ponte da Barca, e enquadrado no Programa de Controlo da Hipertensão Arterial da Sub-Região, foram identificados 1520 doentes hipertensos, representando 15,2% da população com idade superior ou igual a 20 anos.

Quadro 23  
Doentes Hipertensos em 2008

	Diagnosticados	Controlados
<b>TOTAL</b>	1520	654

Fonte: CS de Ponte da Barca, 8 Fevereiro 2008

Como se pode verificar no quadro 23 a taxa de hipertensos controlados representava 43% dos hipertensos, o que nos parece um valor demasiado optimista e que poderá traduzir alguns erros de registo.

## Mortalidade específica

Tal como no resto do Distrito e no País, as Doenças Cerebrovasculares destacam-se como sendo as responsáveis, em 2000, pelo maior número de óbitos no Concelho de Ponte da Barca, seguindo-se de longe os tumores malignos. Pensa-se que, actualmente, esta situação está ligeiramente melhor, pela vigilância mais apertada dos grupos de risco e pela maior consciência que a população tem destes problemas.

Como se pode verificar no quadro seguinte, as doenças cerebrovasculares representarem cerca de 36% de todas as causas de morte, no ano 2000.



Quadro 24

Principais causas de Morte no Concelho de Ponte da Barca em 2000	
CAUSAS DE MORTE	Nº DE ÓBITOS
Doenças cerebrovasculares	63
Tumores malignos	29
Afecções mal definidas	17
Enfarte Agudo do miocárdio	6
Doença crónica do fígado e cirrose	1
Pneumonia e gripe	4
Acidentes	2
Diabetes mellitus	5
Doenças transmissíveis	1
Aterosclerose	1
Doenças hipertensivas	0
DPCO e Asma	0
Suicídios e homicídios	0
Restantes	45
<b>TOTAL</b>	<b>174</b>

Fonte: CS de Ponte da Barca, Fevereiro 2008

Sendo a doença Cerebrovascular, no concelho de Ponte da Barca, a principal causa de morte, é de extrema importância sensibilizar a população para a necessidade de se adoptarem medidas preventivas adequadas, visando impedir ou retardar a doença, independentemente do ciclo de vida em que o indivíduo se situa.

Partindo do pressuposto de que é necessário compreender para actuar, qualquer tipo de intervenção deverá visar a capacitação dos indivíduos/grupo no sentido da prevenção, controlo e redução dos riscos para a saúde quando estes têm origem na adopção de estilos de vida não saudáveis. A Hipertensão Arterial, as Dislipidemias (colesterol elevado e triglicéridos elevados) e a Diabetes Mellitus são patologias que fazem parte dos factores de risco modificáveis para a doença Cardio e Cerebrovascular, às quais podemos associar os erros alimentares, o sedentarismo, o tabaco, a obesidade e o stress.

A mudança de estilo de vida deverá ser a primeira abordagem para a prevenção deste tipo de doenças, designadamente: a redução de stress, a opção por uma alimentação saudável, o consumo moderado de bebidas alcoólicas, doces e salgados, a prática regular de exercício físico, a cessação tabágica e o combate ao sedentarismo. A adopção de um estilo de vida saudável constitui um componente terapêutico para a doença cardio e cerebrovascular, contribuindo, em indivíduos susceptíveis, para a prevenção da sua ocorrência. As intervenções na e com a comunidade contribuem, em muito, para a redução do risco da doença e o favorecimento da promoção da saúde.

Alguns dos programas de saúde institucionalizados no Centro de Saúde e outras actividades, operacionalizados pelos seus interlocutores, visam responder a estas necessidades, como por exemplo: Programa Nacional de Prevenção e Controlo das Doenças Cardiovasculares, Programa Nacional de Luta Contra a Obesidade (inclui Consulta da Nutricionista), Programa Nacional de Controlo da Diabetes Mellitus, Programa Nacional de Prevenção dos Problemas ligados ao Álcool, Programa Nacional de Saúde Escolar, Consulta de Cessação Tabágica.

## SERVIÇOS DE SAÚDE EXISTENTES NA COMUNIDADE

O Centro de Saúde de Ponte da Barca está integrado na Unidade Local de Saúde do Alto Minho e é constituído apenas pela Sede. A sua área de intervenção engloba todas as freguesias do Concelho de Ponte da Barca, sendo que o número total de utentes inscritos em 31/12/2008 era de 14.197, não havendo utentes sem médico de família. Possui um Serviço de Ambulatório e um Serviço de Atendimento Prolongado (SAP)<sup>18</sup>. A área do ambulatório está dividido em Módulos, num total de três. Os Módulos estão organizados em Equipas de Saúde Multidisciplinares, compostas por médico, enfermeiro e administrativo, com média de três equipas por Módulo.

## Quadro 25

População Inscrita, por grupos etários, no centro de Saúde, em 31 de Dezembro de 2007

	GRUPOS ETÁRIOS															
	TOTAL	0 aos 11 meses	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	+ 65 anos
Ponte Barca	14.169	88	404	663	733	781	919	1.070	1.104	973	938	897	839	782	756	3.222

Fonte: Relatório Actividades da Sub-região de Saúde

Em termos de recursos humanos conta com 10 médicos de clínica geral e 1 médico de saúde pública, 18 enfermeiros, 1 assistente social (a tempo parcial), 1 nutricionista (a tempo parcial), 1 técnico de higiene e saúde ambiental, 10 administrativos, 4 auxiliares de acção médica, 3 auxiliares de apoio e vigilância, 2 operários de lavandaria e 1 motorista.

Durante o ano de 2007, efectuaram-se 65.556 atendimentos, dos quais 75% corresponderam a consultas de ambulatório. Os restantes 25%, num total de 16.106 foram efectuados no SAP. Destaca-se, ainda, que durante o ano em apreciação foram efectuadas 306 visitas domiciliárias médicas e 4842 de enfermagem.

Assim, num contexto de promoção de saúde e prevenção da doença, o Centro de Saúde assume um papel relevante na comunidade, proporcionando dinâmicas entre os diferentes profissionais de saúde, firmando parcerias e articulando-se com múltiplos agentes da comunidade.

Ainda, no âmbito da saúde, o concelho dispõe de um Serviço de Internamento, a funcionar no Hospital da Misericórdia desde 1999, na sequência de um protocolo estabelecido entre a Santa casa da Misericórdia de Ponte da Barca e a Administração Regional de Saúde do Norte, para 10 camas. Trata-se de um serviço completamente gratuito e funciona por referência dos utentes através do

<sup>18</sup> O ambulatório funciona nos dias úteis das 8 às 18 horas. Das 8 às 22 horas, nos dias úteis, fins-de-semana e feriados, encontra-se em funcionamento o SAP. Os utentes do Concelho que necessitem de cuidados urgentes no período nocturno devem-se deslocar-se ao SAP do Centro de Saúde dos Arcos de Valdevez ou de Ponte de Lima.

Centro de Saúde ou por transferência de outras unidades hospitalares. Ao abrigo desse protocolo, o tempo de permanência dos doentes no serviço não poderia exceder os dez dias.

QUADRO 26

Anos	Nº Utentes	Idades			
		<25 Anos	25-49 Anos	50-74 Anos	>74 Anos
2000	341	6	18	99	218
2001	290	4	14	92	180
2002	257	1	15	85	156
2003	320	5	15	104	196
2004	258	0	20	90	148
2005	241	7	10	85	139
2006	239	5	9	94	131
2007	227	2	12	55	158
2008	242	0	11	57	174
<b>Totais</b>	<b>2415</b>	<b>30</b>	<b>124</b>	<b>761</b>	<b>1500</b>

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, Dezembro 2009

### Principais Patologias inerentes ao Internamento

- Acidentes Vasculares Cerebrais
- Diabetes
- Escaras de Pressão
- Neoplasias
- Hipertensão
- Úlceras
- Outros

O concelho conta, também, com uma Clínica de Hemodiálise que iniciou a sua actividade em Julho de 2000 no Hospital da Misericórdia de Ponte da Barca. Actualmente presta serviço a utentes do Serviço Nacional de Saúde, SAMS, ADSE e MJ.

Presta tratamento de substituição da função renal a 47 doentes com insuficiência renal crónica.

Os utentes são provenientes dos concelhos de: Ponte da Barca, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Monção, Melgaço, Caminha e Viana do Castelo.

Em termos de serviços privados, o Hospital da Misericórdia de Ponte da Barca dispõe de um serviço de Consultas das seguintes especialidades clínicas:

- Clínica Geral
- Dermatologia
- Ginecologia e Obstetrícia
- Nefrologia
- Nutrição
- Oftalmologia
- Otorrinolaringologia
- Ortopedia
- Psiquiatria
- Psicologia
- Podologia
- Urologia

No âmbito do Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE), são promovidas, prioritariamente na Escola, actividades de promoção da saúde e prevenção da doença e participa na inclusão escolar de crianças com necessidades de Saúde e Educativas Especiais; colabora ainda na criação de um ambiente escolar seguro e saudável e divulga factores de protecção relacionados com os estilos de vida saudáveis. Baseia-se no trabalho em equipa, respeitando a relação pedagógica privilegiada dos docentes e promovendo o envolvimento das famílias e da restante comunidade educativa.

O uso/abuso do álcool foi identificado no anterior Diagnóstico como uma das problemáticas de intervenção prioritária. Apesar de não existirem estudos pormenorizados que revelem a dimensão do problema, a Rede Social baseou o seu diagnóstico na percepção dos profissionais e num estudo realizado pela equipa do PNSE de Ponte da Barca sobre “consumos nocivos” (de Dezembro de 2008).

Para dar cumprimento às actividades do Programa Nacional de Saúde Escolar, foi aplicada a *Escala de Envolvimento com o Álcool para Adolescentes* (Mayer J e Filstead WJ. Journal of Studies on Alcohol 1979. Adap. Portuguesa: J Barrias e tal., 1984; A Fonte e A Alves, 1998) para diagnóstico de situação no âmbito dos **consumos nocivos**, no ano lectivo 2007/2008, a 112 alunos pertencentes a amostras representativas do 7º, 8º e 9º anos de escolaridade, com idades compreendidas entre os 12 e 16 anos, do Agrupamento Vertical de Escolas de Ponte da Barca.

Desse estudo, concluiu-se que:

- 24% dos inquiridos são abstinentes;
- 12,5% dos inquiridos bebem irregularmente;
- 59% dos inquiridos bebem habitualmente, sem manifestação de problemas;
- 4,5% dos inquiridos bebem habitualmente, com manifestação de problemas.

## Quadro 27

## Categorias da escala de envolvimento com o álcool para adolescentes

	n	%
Abstinente	27	24,1
Bebedor irregular	14	12,5
Bebedor habitual sem manifestação de problemas	66	58,9
Bebedor habitual com problemas	5	4,5
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100,0</b>

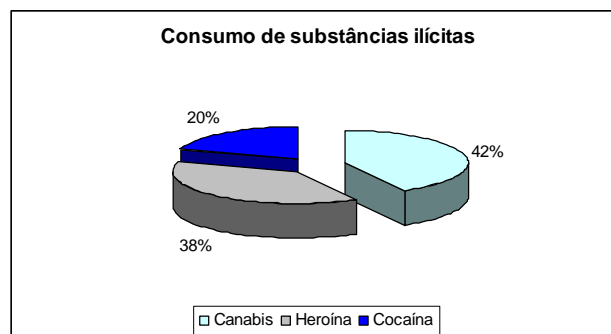
Fonte: Centro de Saúde de Ponte da Barca, 12 de Dezembro de 2008

O consumo de bebidas alcoólicas é assim considerado como um problema de saúde pública no concelho de Ponte da Barca. A prevalência dos consumos implica, obviamente, uma intervenção prioritária, sistémica e integrada aos três níveis de prevenção.

Revela-se igualmente significativo o número de crimes de condução de veículo sob influência do álcool. No ano 2007 e no 1º semestre de 2008 a GNR (Brigada de Trânsito e Grupo Territorial) contabilizou 57 casos de indivíduos a conduzirem sob efeito de álcool com taxas de alcoolemia igual ou superior a 1,2 g/litro, tornando o concelho um dos mais expressivos do distrito.

Os cuidados de saúde à população toxicodependente são asseguradas pelo CRI (Centro de Respostas Integradas) de Viana do Castelo. O Centro de Saúde colabora na administração de terapêuticas de substituição opiácea, como a metadona.

Gráfico 15

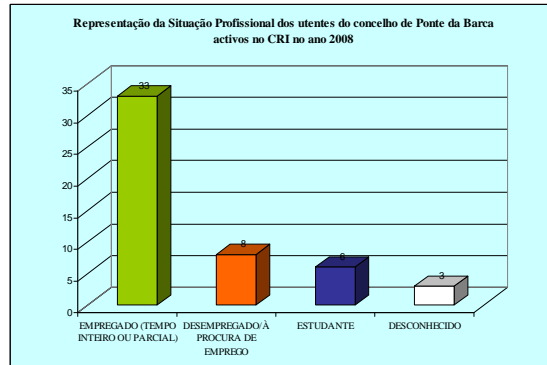


Fonte: IDT

Verifica-se a necessidade de formação específica na área das dependências e consumo de substâncias psicoactivas dos profissionais que intervêm directa ou indirectamente com a população no concelho de Ponte da Barca. A formação dos profissionais sobre os programas e as estratégias de intervenção na problemática dos consumos de SPA, permitirá identificar comportamentos e factores de risco, e potenciará respostas a implementar em articulação com os vários parceiros da rede local e o CRI de Viana do castelo, em particular.

Segundo dados recolhidos no CRI de Viana do Castelo, encontram-se em tratamento 38 utentes, dos quais 33 do sexo masculino. Convém salientar que dos utentes em tratamento, cinco encontram-se em programa de substituição opiácea com Metadona a efectuam as tomas da mesma no Centro de Saúde dos Ponte da Barca.

Gráfico 16



Fonte: IDT

Chama-se, ainda, a atenção para a indicação fornecida pelo Serviço Local de Segurança Social. Num universo de 130 processos de famílias beneficiárias de RSI (ressalvando o facto de terem sido incluídos 4 processos de Acção Social com graves problemas de alcoolismo) estão identificados 56 indivíduos com problemas de alcoolismo o que representa uma prevalência significativa deste problema entre as famílias integradas na medida de RSI.

Quadro 29

Freguesia	N.º
Azias	2
Bravães	3
Britelo	3
Cuide Vila Verde	5
Entre Ambos-os-Rios	4
Grovelas	1
Lindoso	8
Oleiros	2
Ponte da Barca	6
Sampriz	2
S. Martinho de Castro	1
Touvedo Salvador	1
Touvedo S. Lourenço	4
Vade S. Pedro	2
Vade S. Tomé	1
Vila Chã S. João	5
Vila Chã Santiago	3
Vila Nova de Muia	3
Total	56

Reforça-se, ainda, que o problema do alcoolismo é sentido pelos técnicos que intervêm neste concelho como um problema prioritário, pelo que se está a estruturar a realização de um Estudo Diagnóstico e a implementação de diversas acções no âmbito das quais esperamos contar com a colaboração do IDT (Instituto da Droga e da Toxicodependência).

Quadro 30

Alcoolismo			
	Alcoolismo - Sim	Alcoolismo - Não	Total
Violência Doméstica Sim	90,00	10,00	100,00
Violência Doméstica Não	17,33	82,67	100,00
Total	20,43	79,57	100,00

Fonte: Levantamento habitacional, SSAS 2006

A violência doméstica e o uso, abuso e dependência do álcool têm impacto não somente para os consumidores, mas também para os seus parceiros, filhos e para os idosos, influenciando o bem-estar físico e psicológico de toda a família.

## Unidade Móvel de Saúde

A Unidade Móvel de Saúde de Ponte da Barca entrou em funcionamento, inicialmente, como uma parceria entre a ARS Norte e a Câmara Municipal de Ponte da Barca. Actualmente é também parceira a RNCCI.

Tem como prioridade promover a redução das desigualdades em saúde, nomeadamente na população grande idosa, através do conhecimento e caracterização desta população do ponto de vista social e de saúde, adequar os recursos existentes a estes grupos, prevenir e retardar a institucionalização. Propõe-se, também, verificar o cumprimento do regime terapêutico e, ainda, reduzir a incidência das doenças preveníveis pela vacinação. Pretende-se, simultaneamente, identificar quem são neste momento os prestadores de cuidados e ainda os potenciais prestadores de cuidados, sendo que esta actividade implica a identificação de necessidades em articulação com o serviço social, permitindo estruturar um programa de formação para futuras intervenções.

Em termos de recursos humanos esta unidade tem funcionado apenas com um enfermeiro e motorista, estando previsto, se necessário, um médico e um técnico do serviço social. O enfermeiro articula-se, sempre que necessário, com os diferentes elementos da equipa de saúde, quer de imediato, quer em reunião quinzenal com os enfermeiros de cada módulo, informando-os dos idosos identificados e do grau de dependência de cada um deles.

No quadro seguinte apresenta-se o resumo de actividades da UMS em 2008

### Quadro 31

Idosos e/ou crónico dependentes distribuídos pelas freguesias visitadas

Freguesias	Outras Situações não enquadradas	Cronicodependentes s<=85 anos	Cronicodependentes s<=85 anos	Idosos >=85anos	Total
Vade S. Pedro	0	4	2	3	9
Vade S. Tomé	0	6	2	6	14
Paço Vedro Magalhães	0	12	3	7	22
Vila Nova Muia	0	10	8	8	26
Entre Ambos-os-Rios	2	8	6	7	23
Sampriz	2	10	2	14	28
Azias	1	6	10	12	29
Ermida	5	0	1	5	11
Germil	2	0	2	3	7
Santiago	6	7	3	5	21
Vila Chã S. João	5	14	5	17	41
Touvedo Salvador	0	0	1	6	7
Touvedo S. Lourenço	0	1	1	1	3
Boivães	1	12	1	6	20
Cuide Vila Verde	1	5	1	11	18
Lavradas	1	12	7	19	39
Bravães	0	6	4	12	22
Nogueira	0	11	2	6	19
Crasto	0	2	2	10	14
Ruivos	1	3	1	1	6
Oleiros	0	6	3	7	16
Grovelas	3	6	1	0	10
Lindoso	1	7	2	7	17
Britelo	2	4	4	7	17
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>152</b>	<b>74</b>	<b>180</b>	<b>439</b>

Como se pode constatar no quadro foram identificados 439 idosos com idade superior ou igual a 85 anos e cronicodependentes, correspondendo a 13,7% de total de idosos inscritos no Centro de Saúde em 31/12/2008.

As freguesias de S.João de Vila Chã e de Lavradas, com cerca de 9% de idosos na faixa etária em avaliação eram as freguesias com maior peso desta população. Pelo contrário as freguesias de Touvedo S.Lourenço, Ruivos, Germil, Touvedo Salvador e Vade S. Pedro apresentavam 2% ou menos de idosos nesta faixa etária. Das restantes freguesias 10 situavam-se acima da média, que era de 4%-17,5 idosos – e 7 situavam-se abaixo.



**Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**

A RNCCI, já mencionada no início deste documento, foi criada pelo Decreto-lei nº 101/2006, de 6 de Junho, é definida como: conjunto de intervenções sequenciais de saúde e ou de apoio social, decorrente de avaliação conjunta, centrados na **recuperação global** entendida como o processo terapêutico e de apoio social, activo e contínuo, que visa **promover a autonomia**, melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua **reabilitação, readaptação e reinserção** familiar e social.

O acesso à RNCCI é feito através das Equipas Coordenadoras Locais (ECL), uma sedeadada no Centro de Saúde de Ponte da Barca, que asseguram o acompanhamento e a avaliação da Rede a nível local, bem como a articulação e coordenação dos recursos e actividades, no seu âmbito de referência. A prestação de cuidados continuados integrados é assegurada por:

**Unidades de Internamento:** Unidades de Convalescença, Unidade de Média Duração e reabilitação, Unidade de longa Duração e Manutenção e Unidade de Cuidados Paliativos.

**Unidade de Ambulatório:** Unidade de Dia e Promoção da Autonomia.

**Equipas Hospitalares:** Equipa de gestão de Altas e Equipa Intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados paliativos.

**Equipas Domiciliárias:** Equipas de Cuidados Integrados e Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos.

Segundo os dados fornecidos pela Equipa Coordenadora Local do Vale do Lima, em 2008, **67** doentes do Concelho de Ponte da Barca foram integrados na Rede de Cuidados Continuados. A existência de unidades da RNCCI na tipologia de média e longa duração, no concelho, iria possibilitar uma resposta local a situações clínicas da população, com maior proximidade do seu domicílio. A Santa Casa da Misericórdia é uma potencial entidade de enquadramento destas unidades, estando aguardar a aprovação das mesmas.

Em jeito de conclusão do capítulo supra, passamos a elencar os problemas de saúde, em forma de resumo nos quadros seguintes, bem como as causas, consequências e algumas estratégias de intervenção.

Problemática: Saúde e Estilos de Vida Saudáveis		
Problema: Estilos de Vida		
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIAS/DICAS DE INTERVENÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Cultura gastronómica;</li> <li>↳ Alimentação desadequada;</li> <li>↳ Sedentarismo;</li> <li>↳ Stress/Ritmos de trabalho;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Doenças Cardiocerebrovasculares;</li> <li>↳ Obesidade;</li> <li>↳ Alteração do estado emocional;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Sensibilização/formação;</li> <li>↳ Prática de exercícios físicos;</li> <li>↳ Divulgação de espaços existentes para a prática de exercício;</li> <li>↳ Concretização da abertura da unidade de média e longa duração;</li> </ul>

“O sofrimento e os custos causados pelas doenças cardiovasculares, deram-lhes uma marcada preponderância, de tal forma que estas doenças se podem considerar, hoje, como verdadeiras doenças sociais: doenças com génese e com repercussão social”

(Programa Nacional de prevenção e Controlo das doenças Cardiovasculares, 2006:5)

Problemática: Saúde e Estilos de Vida Saudáveis		
Problema: Alcoolismo e dependências		
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIAS/DICAS DE INTERVENÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Questões culturais;</li> <li>↳ Excesso consumo de álcool;</li> <li>↳ Tendências familiares;</li> <li>↳ Consumo precoce;</li> <li>↳ Desestruturação familiar;</li> <li>↳ Tabagismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Violência doméstica;</li> <li>↳ Alcoolismo/consumo na adolescência;</li> <li>↳ Desemprego;</li> <li>↳ Fracas habilitações;</li> <li>↳ Insucesso/Abandono escolar;</li> <li>↳ Desestruturação familiar;</li> <li>↳ Aumento processos CPCJ;</li> <li>↳ Cancros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Desenvolvimento de programas de intervenção primária;</li> <li>↳ Consulta de desabituação tabágica;</li> <li>↳ Consulta de alcoolismo;</li> <li>↳ AA's;</li> <li>↳ Educação para a saúde – projecto junto da população escolar;</li> <li>↳ Formação parental e Formação de Pares Líderes;</li> <li>↳ Solidificação das acções conjuntas, entre diferentes serviços;</li> <li>↳ Trabalho conjunto com o IDT – candidatura a Programas;</li> <li>↳ Programas de Prevenção Universal: Informação/Sensibilização recorrendo a estratégias de prevenção activas.</li> <li>↳ Programas de Prevenção Selectiva e de Prevenção Indicada;</li> <li>↳ Triagem e orientação pela equipa do CRI para o CHAM de situações diagnosticadas com comorbilidade;</li> <li>↳ Maior divulgação dos programas existentes;</li> <li>↳ Implementação de mecanismos de identificação e despiste precoce;</li> <li>↳ Projecto Intervenção Saúde Escolar Escola Piloto Vila Chã S. João;</li> </ul>

As doenças cardiovasculares são a principal causa de morte em Portugal, verificando-se o mesmo no concelho de Ponte da Barca. Nunca é demais realçar que doenças como a Hipertensão Arterial, a Diabetes Mellitus, as Dislipidémias, para além de outros factores de risco como são exemplo o Tabagismo, o Alcoolismo, o Sedentarismo, a Obesidade e o Stress excessivo são factores de morbilidade e mortalidade.

Os profissionais de saúde procuram, na consecução das suas actividades, capacitar os utentes no sentido de estes modificarem os seus estilos de vida, quando não saudáveis, de modo a evitarem ou retardarem o aparecimento destas doenças. Contudo, o sucesso das actividades na área da saúde, depende, em grande parte, da atitude dos utentes, do seu envolvimento e compromisso na mudança, porque eles devem ser os principais interessados em criar condições que lhes permitam crescer e envelhecer saudavelmente.

Por fim, para facilitar todo este processo, torna-se necessário o estabelecimento de parcerias com outras entidades, nomeadamente associações, entidades públicas e privadas e autarquia, cuja importância é fundamental para que se possam desenvolver e potenciar os recursos existentes na Comunidade.

Durante o processo de diagnóstico foi possível constatar a escassez de respostas institucionais, quer públicas quer privadas, no âmbito da promoção da saúde e do apoio aos jovens e à família, cujo enfoque principal fossem as problemáticas do uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas. Contudo, é possível encontrar algumas Instituições em Ponte da Barca que desenvolvem acções e actividades cujos objectivos atingem, de forma directa ou indirecta, o problema das drogas e das dependências.

## PROBLEMÁTICA 5 - Habitação

A habitação é uma das preocupações essenciais na vida de qualquer agregado, seja pela sua aquisição, seja pela sua manutenção. Quando falamos em habitação, falamos principalmente do bem-estar de cada pessoa, de cada família ou grupo, o local onde se passa a maior parte do tempo em família, onde as pessoas procuram o seu refúgio depois de um dia de trabalho, o local onde crescemos e permitimos o crescimento daqueles que nos são queridos. As condições habitacionais, particularmente a carência de alojamentos e dos equipamentos complementares, sempre constituíram graves problemas que afectam a população, sobretudo em períodos de crises económicas.

A questão habitacional vem no decorrer de situações de pobreza, onde o facto de os indivíduos fazerem um enorme esforço de poupança para conseguirem ter acesso a um habitação condigna nem sempre é realizável.

A habitação é, de facto, uma necessidade básica que todos procuramos satisfazer, sendo mesmo um direito consagrado na Constituição da República: *“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”*<sup>19</sup>, pelo que implica uma responsabilização do Estado neste domínio e justifica uma intervenção governamental em nome dos cidadãos menos favorecidos em termos habitacionais, com o objectivo de procurar reduzir as situações de pobreza e de exclusão, promovendo, em última análise, o bem-estar social.

O problema da habitação encontra grande relevância no concelho, face ao reflexo que tem na qualidade de vida da população, tanto pela precariedade dos espaços físicos, como pelos problemas sociais que suscita. Sendo a habitação um requisito primário da condição humana, as condições de habitabilidade podem ser um mecanismo gerador de situações de pobreza e de maior vulnerabilidade à exclusão social, podendo assim contribuir para desajustamentos familiares e sociais.

No entanto, a problemática com que nos deparamos mostra-se muito mais complicada que a procura de uma habitação condigna, encontramos famílias de baixos rendimentos que não conseguem aceder às habitações que se encontram no mercado pois, por muito esforço de poupança que façam, não conseguem adquirir os bens e serviços disponíveis devido aos seus elevados custos. Muitas das famílias com que nos deparamos não possuem rendimentos suficientes sequer para fazer uma manutenção adequada das habitações. Deparamo-nos com muitas habitações antigas, cujo principal problema que se coloca é ao nível da própria construção, já que os materiais se tornaram fracos com o passar dos tempos e as condições de vida vão-se deteriorando com a própria habitação. Em muitas destas habitações verificamos que não existem casas de banho, bem como água canalizada e ligações ao saneamento público. Muitas destas situações devem-se ao comodismo dos seus habitantes, no

---

<sup>19</sup> Art.º 65.º da Constituição da República Portuguesa  
REDE SOCIAL DE PONTE DA BARCA/2009

entanto, outras são o resultado de rendimentos familiares baixos, que não permitem a construção destas infra-estruturas, nem a própria manutenção da habitação.

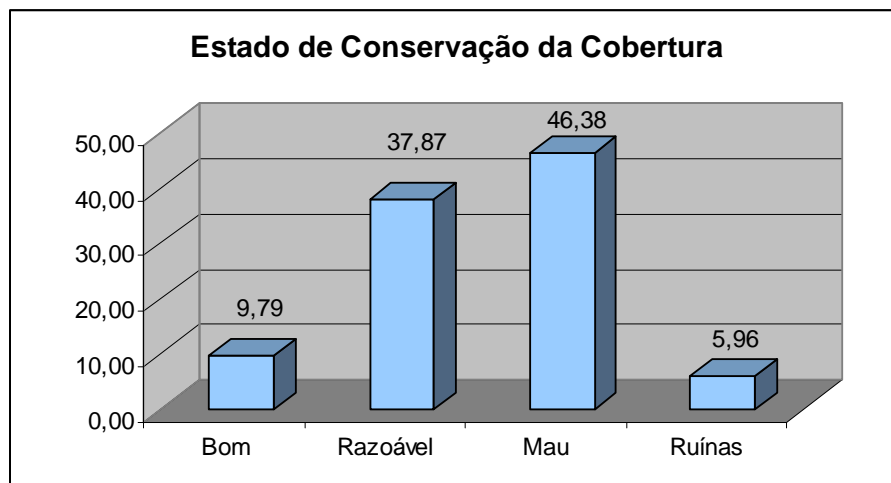
A temática da habitação no concelho é transversal à maioria das freguesias. De acordo com o estudo realizado no Sector de Saúde e Acção Social da autarquia e que teve como objectivo o levantamento das situações habitacionais com maiores problemas, concluímos que existem muitas lacunas às quais urge dar resposta.

As situações visitadas foram aquelas que o Sector de Saúde e Acção Social da Câmara tinha conhecimento, ora através de situações indicadas pelos próprios proprietários (em situações de atendimento), por outros serviços, pelos vizinhos ou pelos Presidentes da respectiva Junta de Freguesia, a quem foi pedido uma listagem das situações com necessidade de intervenção ao nível habitacional. Foram visitadas 235 casas num total de 235 indivíduos inquiridos<sup>20</sup>.

Analisando os dados recolhidos no referido estudo, importa realçar alguns aspectos caracterizadores do parque habitacional do concelho.

Relativamente ao estado da cobertura, verifica-se que a maioria das habitações estão em mau estado de conservação, como se pode aferir pelo gráfico.

Gráfico 17



Fonte: Levantamento Habitacional, SSAS 2006

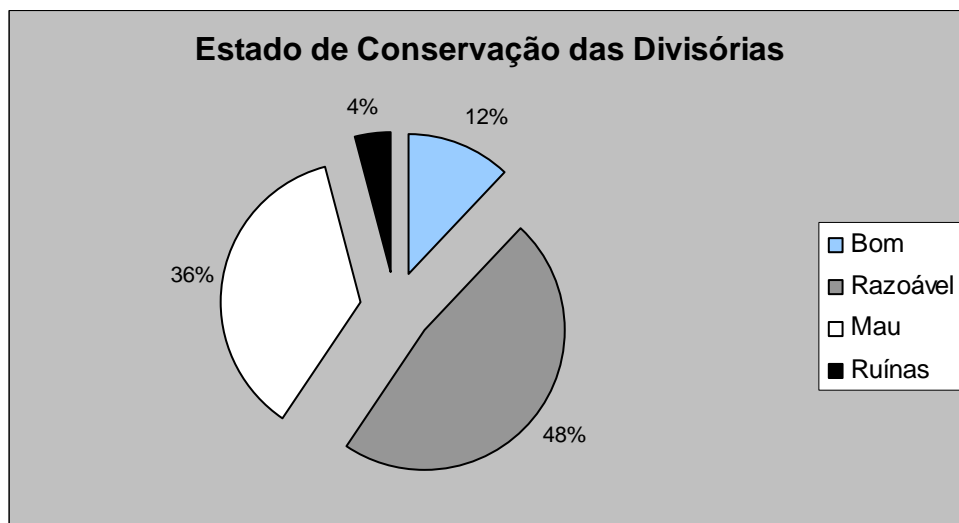
Designou-se por mau estado de conservação da cobertura quando esta permite a entrada de chuva e infiltrações, sem que isso constitua um risco de queda da estrutura. Como podemos observar, segue-se o estado de conservação razoável, o que indica que apesar de a habitação não permitir a entrada de

<sup>20</sup> Habitantes que estavam em casa entre as 9:00 e as 17:00 horas.

intempéries, esta apresenta muitas infiltrações. Salienta-se, ainda, o facto de a grande maioria destas habitações não possuírem forro ou placa em cimento, pelo que a maioria das coberturas é constituída apenas por “barrotes” de madeira e por telha. Verifica-se, também, que o facto de estes agregados possuírem mais ou menos rendimentos em nada altera o estado de conservação da cobertura da habitação, uma vez que os escalões de rendimentos mais elevados apresentam as coberturas em mau estado.

Quanto ao estado de conservação do piso, das divisórias e das paredes exteriores, o panorama é idêntico, verificando-se que o estado de conservação destas estruturas passa de mau a razoável, conforme gráfico seguinte.

Gráfico 18



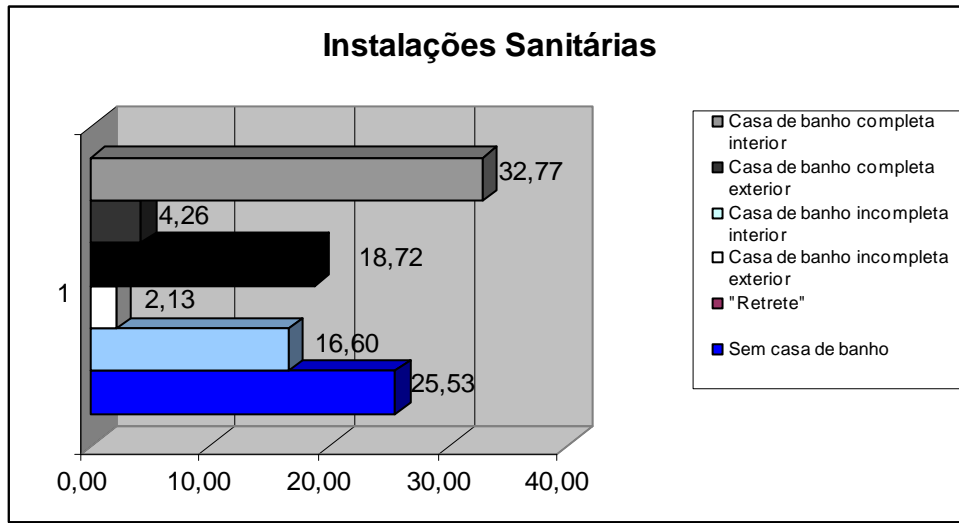
Importa referir que apesar das situações que se encontram em ruínas não terem um peso percentual muito significativo (7,66%), estas são as que apresentam mais urgência na sua resolução, uma vez que constituem um perigo para os moradores, pois encontram-se em risco de derrocada.

Analisamos, de seguida, as infra-estruturas básicas. Relativamente às casas de banho, foram estipuladas seis categorias que contemplam o facto de não possuírem casa de banho, a denominada “retrete”, que caracteriza as sanitas antigas normalmente feitas de madeira, a casa de banho incompleta interior e exterior e a casa de banho completa exterior e interior.

Assim, verificou-se que 32,8% das habitações possuem casas de banho completas interiores; seguido de 25,5% das habitações que não possuem casa de banho; 18,7% possuem casa de banho incompleta no interior da habitação; de seguida deparamo-nos com situações onde existe a denominada “retrete” com 16,6%. E, com valores menos significativos, 4,3% dos casos em que a casa

de banho é completa mas exterior à habitação e com 2,1% em que a casa de banho é incompleta<sup>21</sup> exterior.

Gráfico 19



Fonte: Levantamento Habitacional, SSAS 2006

Foi verificado que são os agregados com mais baixos rendimentos aqueles que apresentam mais carências ao nível destas estruturas, verificando que o primeiro escalão de rendimentos<sup>22</sup> apresenta o maior número de situações em que não existe casa de banho e, no segundo escalão<sup>23</sup>, verificando-se que predominam as estruturas denominadas “retretes”.

Relativamente à existência de cozinha na habitação, foram estipuladas três categorias: a inexistência de cozinha, a cozinha no interior da habitação e a cozinha exterior à habitação. Sendo uma divisão de extrema importância, devido aos traços culturais da região, verificando-se que 88,09% das habitações possuem cozinha interior, enquanto 2,98% possuem cozinha exterior. De lamentar que das situações analisadas, 8,94% não possuem cozinha.

Analisando agora a existência ou inexistência de bens essenciais, tais como água e saneamento, para o conforto e salubridade de uma habitação. Verifica-se que, em pleno século XXI, 31,06% das situações analisadas não têm abastecimento de água, enquanto 68,94% já usufruem desta infraestrutura.

QUADRO 31

	Saneamento		
	Com saneamento	Sem saneamento	Total
TOTAL	53,62	46,38	100,00

Fonte: Levantamento habitacional, SSAS Câmara

<sup>21</sup> Estipulamos que, uma casa de banho incompleta, seria a que não possui estrutura para a realização da higiene pessoal completa, ou seja, não possui banheira ou duche.

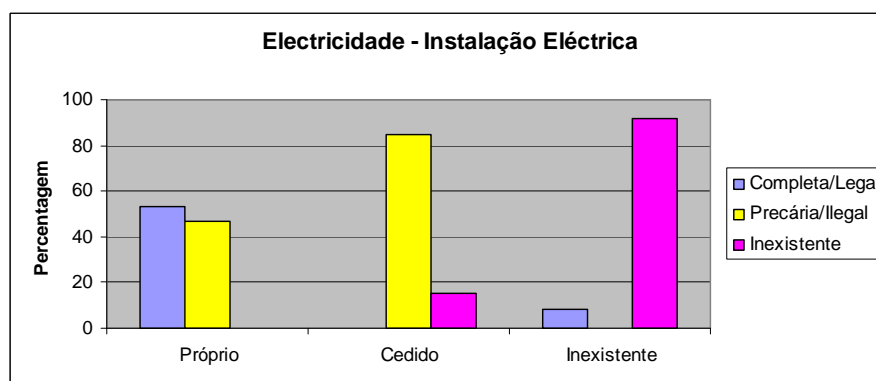
<sup>22</sup> Valores que vão até 12,5% do Salário Mínimo Nacional

<sup>23</sup> Valores >12,5% e <= 20% do Salário Mínimo Nacional

Convém salientar, nesta altura, que a rede de saneamento pública do concelho ainda se encontra numa fase de implementação. No entanto, verifica-se que em 53,6% das habitações existe saneamento enquanto que 46,4% não possuem saneamento.

Realçamos, ainda, um outro ponto de análise, a instalação eléctrica, constatando que, 47,66% das situações usufruem de uma instalação completa/legal; 46,81% em que é precária e 5,53% em que esta é inexistente. Num cruzamento realizado entre estas duas dimensões observamos a seguinte situação:

Gráfico 20



Fonte: Levantamento Habitacional, SSAS 2006

Verifica-se que quanto ao facto de possuírem electricidade própria, 52,9% das situações têm instalação eléctrica completa e 47,1% têm uma instalação eléctrica precária. Em situações em que a electricidade é cedida, 84,6% das situações possuem instalação eléctrica precária e 15,4% é inexistente (normalmente retirada de postes de iluminação públicos directamente para as habitações). Existem, no entanto, situações em que o abastecimento de electricidade é inexistente mas a instalação eléctrica é completa e legal, na maioria dos casos constata-se que nas habitações onde não existe abastecimento de electricidade também não existe instalação eléctrica (91,7%).

QUADRO 32

	Alojamentos	Famílias Clássicas	Pessoas Residentes
Com Electricidade	4233	4249	12718
Sem Electricidade	51	53	92

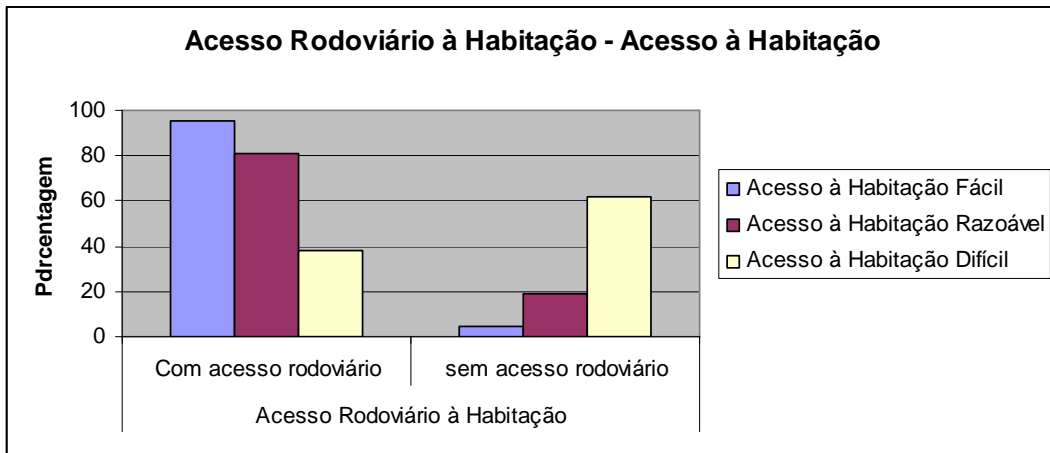
Fonte: INE, Censos 2001

No que diz respeito ao acesso às habitações, a análise foi dividida em dois itens, o acesso à habitação considerando a área circundante da habitação e o acesso rodoviário, pelo que se confirma que a maior parte das habitações possuem um acesso à habitação razoável (61,28%), respeitante ao acesso



rodoviário. Como podemos constatar, as habitações de fácil e razoável acesso possuem acesso rodoviário, enquanto que as habitações de difícil acesso não possuem acesso rodoviário.

Gráfico 21



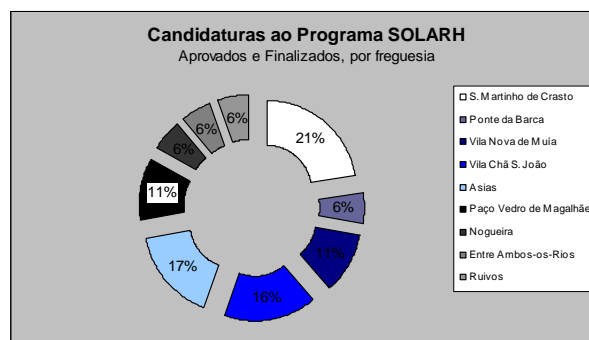
Fonte: Levantamento Habitacional, SSAS 2006

Os bairros sociais existentes situados na sede do concelho, albergam, aproximadamente, 122 famílias, e permitem solucionar alguns dos problemas das famílias mais carenciadas e desfavorecidas em Ponte da Barca.

O acompanhamento efectuado às famílias realojadas tem como objectivo ser a base complementar para a melhoria das suas condições da habitabilidade, de qualidade e de integração social plena, bem como verificar condições de conservação e salubridade dos imóveis. Visa ainda a integração e valorização dos moradores, atendendo às suas necessidades específicas no que respeita à educação, emprego, saúde, ambiente, cultura e relações de vizinhança.

Para além dos fogos sociais o concelho dispõe, também, para colmatar a procura/degradação da habitação, o acesso ao programa SOLARH. Este é um programa do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbano (IHRU) que visa recuperar o património habitacional através da concessão de apoio financeiro especial (empréstimos sem juros até 11970 mil euros e a pagar num prazo de 30 anos) destinado a obras de conservação e beneficiação em habitação própria.

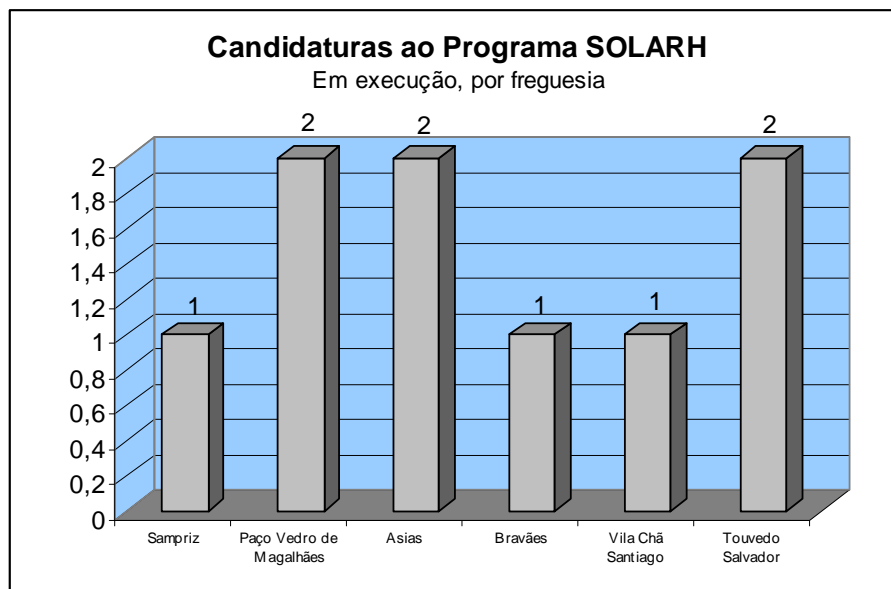
Gráfico 23



Fonte: SSAS 2009

O recurso ao plano do IHRU está acessível a todas as pessoas com fracos recursos que sejam proprietárias da sua habitação há, pelo menos, cinco anos. O processo é liderado pela autarquia através do pelouro da acção social. O apoio do município envolve a execução dos projectos de recuperação, a elaboração das respectivas candidaturas e o acompanhamento técnico das obras. A realização de melhorias nas habitações que necessitem de intervenção está sujeita à aprovação da candidatura por parte do IHRU, da qual faz parte um relatório técnico dos serviços da autarquia sobre o estado de conservação dos imóveis e a identificação das obras consideradas prioritárias. Os trabalhos destinam-se a garantir condições de segurança, habitabilidade e salubridade das casas tendo um prazo máximo de execução de 12 meses.

Gráfico 23



Fonte: SSAS 2009

Uma habitação condigna representa um dos vectores fundamentais para a qualidade de vida de todos os cidadãos e por esta razão o município de Ponte da Barca criou o Regulamento Municipal de Apoio à habitação Degradada Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Ponte da Barca (programa criado pela Câmara Municipal a fim de responder às necessidades identificadas com o levantamento da situação habitacional do concelho e que não podem ser enquadradas no Programa SOLARH e PROHABITA), que visa resolver situações de cariz mais urgente.

A intervenção do Município insere-se no âmbito das atribuições e competências cometidas às autarquias locais pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que conferem às Câmaras Municipais a competência em participar na prestação de serviços aos estratos sociais mais desfavorecidos, em parceria com outras entidades e ainda promover o apoio aos mesmos visando a melhoria das condições básicas de habitabilidade dos agregados familiares mais carenciados e desfavorecidos do município.

A Câmara Municipal de Ponte da Barca apoia a execução de obras, destinadas à melhoria das condições de habitabilidade de pessoas ou agregados familiares economicamente carenciados, bem como à elaboração de projectos. Os apoios podem ser de ordem económica ou técnica.

Outro dos programas que vai no sentido de combater a degradação habitacional é o PROHABITA (Programa de Financiamento para acesso à habitação) que visa a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares no território nacional. Entendendo-se como “Grave Carência Habitacional” o “correspondente às situações de residência permanente de agregados familiares em edificações, partes de edificações ou estruturas provisórias caracterizadas por graves deficiências de solidez, segurança e ou salubridade, e ou em casos de manifesta exiguidade da área habitável para o número de pessoas do agregado familiar, bem como as situações de necessidade urgente de alojamento no âmbito de operações municipais de reabilitação urbana”. Têm acesso à atribuição de uma habitação ao abrigo do PROHABITA os agregados familiares que cumpram cumulativamente as seguintes condições: O rendimento mensal do agregado familiar deve ser o valor que, em regime de renda apoiada, determine a aplicação de uma prestação inicial inferior ao preço técnico; Nenhum dos membros do agregado familiar pode deter, a qualquer título, outra habitação na área metropolitana do concelho do respectivo alojamento ou em concelho limítrofe deste, nem ter inscrita para efeitos fiscais, de segurança social ou outros, outra residência permanente no território nacional, bem como não pode estar a usufruir de outros apoios financeiros públicos para fins habitacionais.

Em jeito de conclusão do capítulo supra, passamos a elencar os problemas na área habitacional, em forma de resumo nos quadros seguintes, bem como as causas, consequências e algumas estratégias de intervenção.

Problemática: Habitação		
Problema I: Parque habitacional degradado e fracas condições de habitabilidade		
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	ESTRATÉGIAS/DICAS DE INTERVENÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Fracos recursos económicos dos proprietários;</li> <li>* Questões culturais;</li> <li>* Falta de legalização habitações;</li> <li>* Dificuldade de suportar encargos económicos de material e mão-de-obra;</li> <li>* Dificuldade em aceder a Programas de Apoio a melhoria habitacional;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Dificuldade de aquisição de nova habitação;</li> <li>● Dificuldade de requalificação das existentes;</li> <li>● Fraca valorização no investimento de condições de salubridade e conforto;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apoio na legalização/registo das habitações;</li> <li>● Enquadramento em programas de apoio à melhoria habitacional;</li> <li>● Sensibilização;</li> </ul>

O processo desenvolvido e os resultados apresentados estão longe de ser o ideal. Tentou-se, dentro das condições existentes, desenvolver um trabalho tão participado quanto possível, todavia, este é ainda um processo que deixa muita gente de fora, inclusive e principalmente os mais interessados – as pessoas que habitam e trabalham no concelho, para além de muitas estruturas organizacionais que desenvolvem a sua actividade no território.

Para finalizar, queremos sublinhar que existem mais problemáticas do que as mencionadas neste documento e que, por isso mesmo, não deve ser encarado como limitador para a intervenção e apresentação de candidaturas aos diversos programas de financiamento.

Ainda, este documento deverá ser entendido na sua estreita ligação com outros instrumentos de diagnóstico e planeamento do território como por exemplo, o Plano Director Municipal, a Carta educativa do Município, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, o novo Plano de Acção da Plataforma Supra-concelhia, entre outros.

Por último, este documento deverá ser alvo de actualizações constantes sempre que se considere pertinente, uma vez que a realidade em que vivemos é dinâmica. Acresce aqui a necessidade de reforçar os processos de consciencialização e reivindicação, aos quais não poderão ser alheios a participação da população e de todos quantos detêm competências e responsabilidades na definição de políticas promotoras do desenvolvimento social do concelho.

Acreditamos que as adversidades próprias do contexto social, político e organizacional em que vivemos devem ser entendidas como desafios que se nos colocam a todos e com os quais vamos aprendendo a fazer mais e melhor, num profundo respeito pelas pessoas e pela sua dignidade.

# ANEXOS

## ANEXO I

## PLANO DOS TRANSPORTES ESCOLARES

Aprovado, por unanimidade, em reunião de Conselho Municipal de Educação, realizada no dia 08 de Abril de 2009, e de harmonia com o estabelecido no artº 6º do Decreto-lei nº 299/84, de 5 de Setembro, e aproveitando a rede de transportes colectivos, foi estabelecido o respectivo plano de transportes escolares para o ano lectivo de 2009/2010, com vinte e oito circuitos classificados e numerados da seguinte forma:

Escolas do 1º Ciclo  
Ano Lectivo 2009/2010

Circuito Normal	Carreiras Publicas	ESCOLA				IDADE			
		Esc.	EB/S	Esc. Prof	Total	Km a Esc.	Até 12	mais 12	temp. Perc.
1º	SANTIAGO	12			12	13	7	5	35'
	SEIXAS	7		1	8	15		8	40'
	PARADELA	7			7	16		7	42'
	SÃO JOÃO	10			10	10		10	20'
	BARRAL	13		3	16	8		16	15'
	<b>TOTAL</b>	<b>49</b>		<b>4</b>	<b>53</b>		<b>7</b>	<b>46</b>	
2º	LOURIDO	4			4	14	4	0	30'
	S.MIGUEL	26		1	27	10	8	19	20'
	SALVADOR	20			20	8	7	13	15'
	<b>TOTAL</b>	<b>50</b>		<b>1</b>	<b>51</b>		<b>19</b>	<b>32</b>	
3º	CASTELO	13		3	16	30		16	65'
	PARADA	3		1	4	26		4	55'
	CIDADELHE	10		1	11	23		11	45'
	PARADAMONTE	28		1	29	19	8	21	35'
	BRITELLO	14		1	15	15	4	11	30'
	TOUVEDO	12			12	7	1	11	12'
	MUIJA	15		6	21	5	2	19	10'
<b>TOTAL</b>	<b>95</b>		<b>13</b>	<b>108</b>		<b>15</b>	<b>93</b>		
4º	ASIAS	20		1	21	13	6	15	26'
	GRANJA	9			9	7	1	8	17'
	VENTUZELO	16			16	13	3	13	26'
	SAMPRIZ	20		3	23	7	7	16	12'
	<b>TOTAL</b>	<b>65</b>		<b>4</b>	<b>69</b>		<b>17</b>	<b>52</b>	
5º	PORTO BOM	10			10	16	1	9	22'
	BOIVÃES	29		2	31	13	5	26	26'
	GROVELAS	14		5	19	10	1	18	20'
	RUIVOS	34		3	37	7	3	34	12'
	CRASTO	40		5	45	6	4	41	12'
	NOGUEIRA	43		4	47	4	5	42	8'

	<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>19</b>	<b>189</b>		<b>19</b>	<b>170</b>	
6º	LAVRADAS	15		15	5	1	14	12'
	BRAVÃES	33	1	34	4	10	24	10'
	OLEIROS (FUNDO)	19	6	25	5	4	21	10'
	<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>7</b>	<b>74</b>		<b>15</b>	<b>59</b>	
7º	GINZO	6		6	10		6	20'
	FONTE COBERTA	4		4	12	1	3	25'
	S.MAMEDE	2		2	11	2	0	20'
	PAIÑÃES	4	1	5	6	1	4	10'
	SIMÃES	9	1	10	5		10	10'
	CODECEIRA	16		16	5	1	15	10'
	BRUZENDE	27	1	28	5	3	25	10'
	AGRELA	20		20	4	2	18	8'
	<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>3</b>	<b>91</b>		<b>10</b>	<b>81</b>	
	8º	COUTO	6		6	6		6
SOUTO		6		6		1	5	15'
CIMA DE VILA		14		14	6	1	13	12'
MOSTEIRO		4		4	6	2	2	10'
REQUEIXE		10		10	4		10	8'
LAGES		7		7	4		7	8'
CÔTO		3		3	2		3	4'
<b>TOTAL</b>		<b>50</b>	<b>0</b>	<b>50</b>		<b>4</b>	<b>46</b>	
9º	AUDITOR	11	2	13		2	11	5'
	CUIDE VILA VERDE	19		19		8	11	4'
	VADE S. TOMÉ	14		14		4	10	4'
	<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>2</b>	<b>46</b>		<b>14</b>	<b>32</b>	

Circ.	Circuitos Especiais	Nº de Alunos				Idade				temp.Perc.
		Esc. 1º		Esc. EB/S	Esc. Prof	Total	Km a Esc.	Até 12	mais 12	
X	PORTUZELO	3		4		7	8	3	4	15'
	PARADELA E SEIXAS - a)	22				22	9	22	0	10'
	<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>29</b>		<b>25</b>	<b>4</b>	
XI	ERMIDA *	3		2	1	6	5	1	5	10'

				2		2	4		2	10'
	GERMIL									
	SOBREDO	3		4		7	4	7	0	10'
	LOURIDO	5				5	3	5	0	10'
	TAMENTE	3				3	3	3	0	10'
	<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>6</b>		<b>17</b>		<b>15</b>	<b>2</b>	
<b>XIII</b>	DANAIA			<b>10</b>		<b>10</b>	7		10	15'
<b>XIV</b>	BOIVIVO **	<b>1</b>		<b>3</b>		<b>4</b>	7	<b>2</b>	<b>2</b>	15'
	MOSTEIRÓ	3		2		5	4	3	2	10'
	IGREJA/ PARADAMONTE	7				7	6	7	0	10'
	<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>12</b>		<b>10</b>	<b>2</b>	
<b>XVI</b>	PAÇÓ E MOURELO ***	<b>2</b>		<b>7</b>		<b>9</b>	16		<b>9</b>	40'
	S. Pedro e S. Tomé, incluindo todos os lugares, a Ponte da Barca	14				14	16	12	2	30'
	<b>TOTAL</b>	<b>14</b>				<b>14</b>		<b>12</b>	<b>2</b>	
	Lindoso a Paradamonte	14				14	12	14	0	30'
	<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>14</b>		<b>14</b>	<b>0</b>	
<b>XIX</b>	SANTIAGO/ S. MIGUEL	4				4	8	4	0	10'
	<b>TOTAL</b>	<b>4</b>				<b>4</b>		<b>4</b>	<b>0</b>	
<b>XX</b>	SALVADOR/ PADIM	5				5	8	5		10'
	TOUVEDO/ PADIM	5				5	6	5		10'
	CASAL/ PADIM	2				2	3	2		10'
	CIMA DE VILA/PADIM	2				2	6	2		15'
	MOSTEIRO/ PADIM	3				3	5	3		15'
	COUTO/ PADIM	2				2	3	2		10'
	REQUEIXE/ PADIM	3				3	3	3		10'
	MARIALVA	2				2	4	2		15'
	MUÍÁ	2				2	4	2		15'
	QUINTÃES	2				2	3	2		10'
	QUINTELA	2				2	4	2		15'
	PADIM	2				2	3	2		10'
	TOMADA	1				1	2	1		10'
	LAMA	2				2	2	2		10'
	LORDELO	2				2	2	2		10'



	PADRÃO	2				2	2	2		10'
	<b>TOTAL</b>	<b>39</b>				<b>39</b>		<b>39</b>	<b>0</b>	
XXI	C. V. Verde( todos os lugares) a Ponte da Barca	8				8	10	8		10'
	<b>TOTAL</b>	<b>8</b>				<b>8</b>		<b>8</b>	<b>0</b>	
XXII	OLEIROS( todos os lugares) a Ponte da Barca	19				19	7	19		15'
	<b>TOTAL</b>	<b>19</b>				<b>19</b>		<b>19</b>	<b>0</b>	
XXIII	LEIRAS / LAVRADAS	10				10	7	10		15'
	<b>TOTAL</b>	<b>10</b>				<b>10</b>		<b>10</b>	<b>0</b>	
XXIV	Sampriz e Paço Vedro de Magalhães a Ponte da Barca	52				52	8	52		15'
	<b>TOTAL</b>	<b>52</b>				<b>52</b>		<b>52</b>	<b>0</b>	
XXV	Asias a Salzedas	15				15	4	15		10'
	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>				<b>15</b>		<b>15</b>	<b>0</b>	
XXVI	S. Martinho de Crasto a Saném	12				12	28	12		50'
	<b>TOTAL</b>	<b>12</b>				<b>12</b>		<b>12</b>		
XXVII	Lavradas à Igreja	32				32	32	32		60'
	<b>TOTAL</b>	<b>32</b>				<b>32</b>		<b>32</b>		
XXVIII	Bravães ao Mosteiro	30				30	8	30		15'
	<b>TOTAL</b>	<b>30</b>				<b>30</b>		<b>30</b>		

a) Os alunos do 1º Ciclo referem-se a todos os lugares a Freguesia de S. João a Cajaneiro

\* Dois dos alunos destes circuitos, mencionados na coluna da Escola do 1º Ciclo, são alunos da APPACDM

\*\* Os alunos mencionados nesta coluna são alunos da APPACDM

\*\*\* Os alunos mencionados nesta coluna são alunos da APPACDM, estando incluídos um aluno de Sampriz e outro de Ventuzelo

Todos os circuitos a azul são efectuados através de protocolos com as Juntas de Freguesia e/ou Associações do concelho

Este serviço promove o transporte diário de 763 alunos do Ensino Básico e de 299 alunos do Ensino Secundário, sendo 420 alunos até 12 anos e 642 alunos com mais de doze anos, bem como o transporte de 5 utentes da APPACDM que não são contabilizados para efeito de cálculo de custos.

Devemos, também, referir que se constata um entrave à utilização dos transportes colectivos que é a localização distante das paragens dos autocarros.

Podemos, então, concluir que o problema dos transportes, no concelho é real, afectando principalmente as pessoas que não dispõem de transportes individuais para se deslocarem. Existe uma grande área de espaços vazios no que concerne à circulação de transportes públicos, nomeadamente nas freguesias mais afastadas da sede do concelho que, pelas suas características morfológicas, dificultam a circulação das viaturas.

De referir ainda que, para uma grande parte da população, o acesso aos grandes centros, é dificultado pela inexistência de um transporte directo das freguesias. As carreiras que existem partem, na maior parte das vezes, da freguesia sede do concelho, o que obriga a dois tipos de deslocação: intra-concelhia (da freguesia de residência até à freguesia sede do concelho) e inter-concelhia (de Vieira do Minho para outro concelho, como Braga).

## TRANSPORTES PÚBLICOS

Ao analisarmos e ponderarmos que tipo de intervenção poderá ser feita relativamente ao problema dos transportes temos que ter consciência de que a rede de deslocações escolares pode, em muitos casos, apresentar uma estrutura que se aproxima das ligações efectuadas a nível concelhio, o que levanta a questão da necessidade de coordenar os serviços e os interesses.

## ANEXO II

2007

Tipo de agregado	Valor €	
	Anual	Mensal
Isolada	€ 4338,60	€ 309,90
Casal	€ 7592,55	€ 542,33

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo ISS, I.P

2008

Tipo de agregado	Valor €	
	Anual	Mensal
Isolada	€ 4800,00	€ 400,00
Casal	€ 8400,00	€ 700,00

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo ISS, I.P

## ANEXO III

## AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE PONTE DA BARCA

## Escola Básica Integrada e Secundária Diogo Bernardes

Nº de alunos para 2008/09

Escolas	PIEF	EFA	Jardim de Infância	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	CEF	Profissional	Total
Jardins de Infância			160							160
Escola Básica Integrada e Secundária Diogo Bernardes	13	22		528	267	352	185	77	92	1536
<b>TOTAL</b>										<b>1696</b>

## ALUNOS MATRICULADOS ANO LECTIVO 2008/2009

ENTRE AMBOS-OS-RIOS	
ANO	Nº ALUNOS
1º ano	2
2º ano	6
3º ano	4
4º ano	5
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>
AZIAS	
ANO	Nº ALUNOS
1º ano	2
2º ano	4
3º ano	4
4º ano	5
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>
BOIVÃES	
ANO	Nº ALUNOS
2º ano	3
3º ano	2
4º ano	4
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>
BRAVÃES	
ANO	Nº ALUNOS
1º ano	3
2º ano	8
3º ano	7
4º ano	6
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>
BRITELLO	
ANO	Nº ALUNOS
1º ano	4
2º ano	4
3º ano	6
4º ano	8
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>
CRASTO	
ANO	Nº ALUNOS
1º ano	3
2º ano	3
3º ano	1
4º ano	4
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>
GROVELAS	
ANO	Nº ALUNOS
3º ano	8
4º ano	5
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>
LAVRADAS	

ANO	Nº ALUNOS
1º ano	12
2º ano	10
3º ano	12
4º ano	8
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>
<b>NOGUEIRA</b>	
ANO	Nº ALUNOS
1º ano	2
2º ano	3
3º ano	3
4º ano	2
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>
<b>RUIVOS</b>	
ANO	Nº ALUNOS
2º ano	1
3º ano	4
4º ano	3
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>
<b>VILA CHÃ S. JOÃO</b>	
ANO	Nº ALUNOS
1º ano	2
2º ano	7
3º ano	5
4º ano	5
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>
<b>VILA NOVA DE MUÍÁ</b>	
ANO	Nº ALUNOS
1º ano	9
2º ano	12
3º ano	10
4º ano	12
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>
<b>EBIS – VILA</b>	
ANO	Nº ALUNOS
Turma 1-1º ano	23
Turma 2-1º ano	25
Turma 3-1º ano	21
Turma 4-2º ano	20
Turma 5-2º ano	25
Turma 6-2º ano	22
Turma 7-3º ano	23
Turma 8-2º ano	2
Turma 8-3º ano	22
Turma 9-2º ano	3
Turma 9-3º ano	22
Turma 10-4º ano	24
Turma 11-4º ano	24
Turma 12-4º ano	23
<b>TOTAL</b>	<b>279</b>
<b>TOTAL ALUNOS 1º CICLO</b>	<b>512</b>

2º CICLO DO ENSINO BÁSICO			
6º ANOS	Nº ALUNOS	5º ANOS	Nº ALUNOS
6º19	20	5º13	19
6º20	20	5º14	25
6º21	20	5º15	20
6º22	26	5º16	20
6º23	20	5º17	24
6º24	26	5º18	22
<b>TOTAL</b>	<b>132</b>	<b>TOTAL</b>	<b>130</b>
<b>TOTAL ALUNOS 2º CICLO</b>			
<b>262</b>			

3º CICLO DO ENSINO BÁSICO					
7º25	24	8º31	19	9º36	25
7º26	20	8º32	30	9º37	20
7º27	22	8º33	19	9º38	24
7º28	18	8º34	21	9º39	23
7º29	19	8º35	25	9º40	16
7º30	24			<b>PIEF</b>	10
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>	<b>TOTAL</b>	<b>114</b>	<b>TOTAL</b>	<b>118</b>
<b>359</b>					

ALUNOS MATRICULADOS ANO LECTIVO 2008/2009		
JARDINS DE INFÂNCIA		
FREGUESIA	TURMA	JARDIM INFÂNCIA DE AZIAS
TOTAL	25	
FREGUESIA	TURMA	JARDIM INFÂNCIA DE BRITEL
TOTAL	20	
FREGUESIA	TURMA	JARDIM INFÂNCIA DE CRASTO
TOTAL	22	
FREGUESIA	TURMA	JARDIM INFÂNCIA DE LAVRADAS
TOTAL	25	
FREGUESIA	TURMA	JARDIM INFÂNCIA DE PONTE DA BARCA
TOTAL	22	
FREGUESIA	TURMA	JARDIM INFÂNCIA DE PAÇO VEDRO MAGALHÃES
TOTAL	25	
FREGUESIA	TURMA	JARDIM INFÂNCIA DE VILA NOVA DE MUJA
TOTAL	20	
TOTAL JARDINS INFÂNCIA		159
TOTAL ALUNOS AGRUPAMENTO		1627

ALUNOS MATRICULADOS ANO LECTIVO 2008/2009			
<b>10º ANOS</b>			
ANO/TURMA	Nº ALUNOS		
10º 47	28	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	
10º 48	15	SOCIOECONOMICAS	
10º 49	15	LÍNGUAS E HUMANIDADES	
TOTAL	58		
<b>10º PROFISSIONAIS</b>			
10º 50	23	TÉCNICO DE AUDIOVISUAIS	
10º 51	20	TÉC. HIGIENE, SEGURANÇA TRABALHO E AMBIENTE	
TOTAL	43		
TOTAL ALUNOS 10º ANOS		101	
<b>11º ANOS</b>			
ANO/TURMA	Nº ALUNOS		
11º 52	18	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	
11º 53	18	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	
11º 54	19	SOCIOECONOMICAS	
TOTAL	55		
<b>11º PROFISSIONAIS</b>			
11º 55	11	TÉCNICO DE RECEPÇÃO	
11º 56	17	TÉCNICO DE MULTIMEDIA	
TOTAL	28		
TOTAL ALUNOS 11º ANOS		83	
<b>12º ANOS</b>			
ANO/TURMA	Nº ALUNOS		
12º 57	19	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	
12º 58	26	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	
12º 59	13	CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	
TOTAL	58		
<b>12º PROFISSIONAIS</b>			
12º60	12	ANIMADOR SOCIOCULTURAL	
TOTAL	12		
TOTAL ALUNOS 12º ANOS		70	
TOTAL ALUNOS ENSINO SECUNDÁRIO		254	

## ANEXO IV

	CEF – Curso de Educação e Formação de jovens	CURSO PROFISSIONAL
2006/2007	Electricista de instalações Pintor/Decorador de Cerâmica	Animador Sócio-Cultural
2007/2008	Electricista de instalações Pintor/Decorador de cerâmica Operador de Informática Empregado Comercial	Animador Sócio-Cultural Técnico de Recepção Técnico Multimédia
2009/2010	Operador de Fotografia (Tipo II)  Operador de Informática (Tipo II)  Operador de Fotografia (Tipo III)	Animador Sócio-Cultural  Técnico de Gestão  Técnico de Design de Equipamento

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Ponte da Barca, 2009

### Formação Modular

A ACIAB – Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca vai ministrar Formação Modular, durante o ano 2009, nas seguintes áreas de:

- Comércio;
- Construção Civil;
- Serviço de apoio a Crianças e Jovens;
- Electricidade e Energia;
- Hotelaria e Restauração;
- Ciências Informáticas;
- Turismo e lazer;
- Artesanato;
- Marketing e Publicidade;
- Secretariado e Trabalho Administrativo;
- Indústrias Alimentares;
- Segurança e Higiene no Trabalho;

#### Destinatários:

A formação Modular destina-se a pessoas com mais de 18 anos de idade e que usufruam da categoria profissional de activos, ou seja, que se encontrem a trabalhar e tenham como habilitações entre o 6º. Ano e o 12º. Ano de escolaridade ou ensino superior.

#### Horário:

Esta formação decorre em horário pós laboral, das 20h às 23h, todos os dias da semana.

#### Regalias:

- Cumprir o Código de Trabalho a Lei das 35 horas de formação anual;
- Capitalizar para a Equivalência de 9º. Ano e 12º ano;
  
- Subsídio de Alimentação, no valor de 4.11 € por dia de formação.



## ANEXO VI

Número de Estabelecimentos por escalão de pessoal

CAE	Escalão de pessoal (nº pessoas) 2006				Nº de estabelec. 2006	% por CAE 2006	Nº de estabelec. 1996	% por CAE 1996	Nº de estabelec. 2005	% por CAE 2005	Tx cresc. 1996-2006	Tx cresc. 2005-2006
	1 a 9	10 a 49	50 a 249	500 a 999								
A	105				105	21,30%	1	0,56%	110	22,31%	10400,00%	-4,55%
B					0	0,00%	0		0	0,00%		
C		1			1	0,20%	0	0,00%	1	0,20%		0,00%
D	26	9			35	7,10%	30	16,67%	32	6,49%	16,67%	9,38%
E	2	2			4	0,81%	3		3	0,61%		
F	67	15	1		83	16,84%	42	23,33%	87	17,65%	97,62%	-4,60%
G	104	3			107	21,70%	49	27,22%	102	20,69%	118,37%	4,90%
H	48	1			49	9,94%	23	12,78%	46	9,33%	113,04%	6,52%
I	15	1			16	3,25%	3	1,67%	13	2,64%	433,33%	23,08%
J	7	1			8	1,62%	4	2,22%	8	1,62%	100,00%	0,00%
K	23				23	4,67%	6	3,33%	20	4,06%	283,33%	15,00%
L	4				4	0,81%	0	0	6	1,22%		-33,33%
M	18	3			21	4,26%	1	0,56%	27	5,48%	2000,00%	-22,22%
N	14	4			18	3,65%	2	1,11%	20	4,06%	800,00%	-10,00%
O	18	1			19	3,85%	16	8,89%	18	3,65%	18,75%	5,56%
<b>Total</b>	<b>451</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>493</b>		<b>180</b>		<b>493</b>			
<b>%</b>	<b>91,48%</b>	<b>8,32%</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,00%</b>								

Fonte: MTSS - Mapas de Quadros de Pessoal 1996, 2005 e 2006

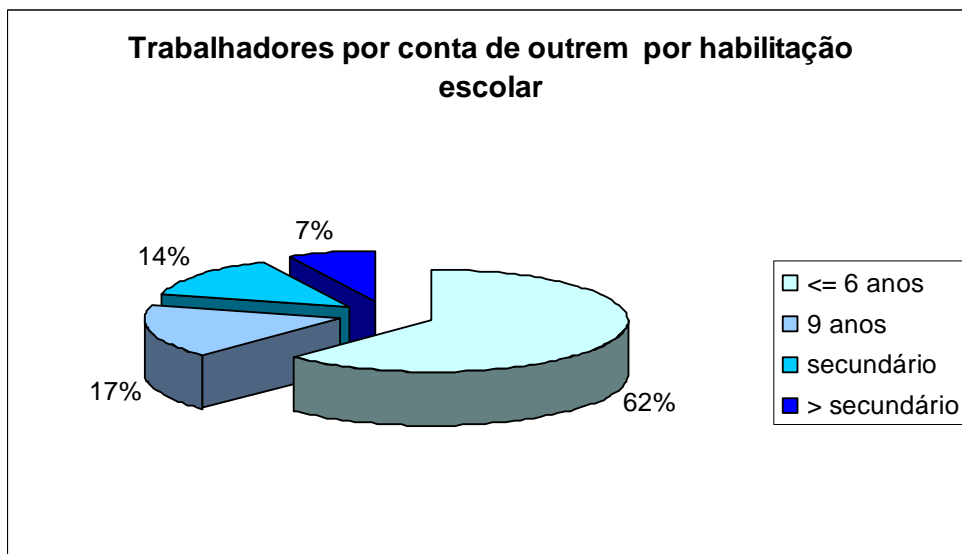
SECCÃO - CAE
A - Agricultura, Produção animal, caça e silvicultura
B - Pesca
C - ind. Extractivas
D - Ind. Transformadoras
E - Electricidade, gás e água
F - Construção
G - Comércio por grosso e a retalho, reparação veículos
H - Alojamento e restauração
I - Transporte, armazenagem e comunicações
J - Actividades financeiras
K - Act. Imobiliárias, alugueres e serviços às empresas
L - Admi. Pública, defesa e seg. social
M - Educação
N - Saúde e acção social
O - Outras activ. De serviços colectivos, sociais e pessoais

## ANEXO VII

## Número de Estabelecimentos por escalão de pessoal

SECÇÃO - CAE	Escalão de pessoal (nº pessoas)							Total por CAE
	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	150 a 199	500 a 999	
A - Agricultura, Produção animal, caça e silvicultura	107	3						110
B - Pesca								0
C - ind. Extractivas			1					1
D - Ind. Transformadoras	17	6	6	3				32
E - Electricidade, gás e água		2	1					3
F - Construção	47	25	11	3	1			87
G - Comércio por grosso e a retalho, reparação veículos	77	22	2	1				102
H - Alojamento e restauração	38	7	1					46
I - Transporte, armazenagem e comunicações	10	1	2					13
J - Actividades financeiras	6	1	1					8
K - Act. Imobiliárias, alugueres e serviços às empresas	18	2						20
L - Admi. Pública, defesa e seg. social	4	1		1				6
M - Educação	24		3					27
N - Saúde e acção social	15	1	1	3				20
O - Outras activ. De serviços colectivos, sociais e pessoais	16		2					18
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>71</b>	<b>31</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>493</b>
<b>Peso de cada escalão de pessoal</b>	<b>76,88%</b>	<b>14,40%</b>	<b>6,29%</b>	<b>2,23%</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
	<b>91,28%</b>							

## ANEXO VIII



Fonte: MTSS - Mapas de Quadro de Pessoal 2005